Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, sexta-feira, 6 de março de 2020 | Nº 24.618 | Preço banca: R$ 3,50

Ministério da Saúde confirma o oitavo caso de coronavírus

O Ministério da Saúde confirmou mais quatro casos de coronavírus no Brasil, totalizando seis em São Paulo, um no Rio de Janeiro e outro no Espírito Santo. Segundo o secretário de Vigilância em Saúde, Wanderson de Oliveira, o caso confirmado no Espírito Santo entrará no banco de dados do ministério nas próximas horas, mas já está confirmado.

O caso do Espírito Santo é uma mulher de 37 anos, com histórico de viagem. Além disso, existe um caso confirmado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, mas o ministério aguarda a contraprova para confirmar oficialmente. Assim, o Brasil tem 636 casos suspeitos e oito confirmados.

Testes de coronavírus no Brasil

No Brasil, laboratórios públicos ou privados que identificarem casos confirmados da doença pela primeira vez, devem passar por validação de um dos três laboratórios de referência nacional: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Instituto Evandro Chagas, no Pará; e Instituto Adolfo Lutz em São Paulo. Após a validação da qualidade, o laboratório passa a ser considerado parte da Rede Nacional de Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública. Página 4

Censo 2020 abre 200 mil vagas para agentes em todo o país

Página 3

Prefeitos se reúnem para definir ações integradas no combate ao coronavírus

Página 2

Casos de infecção pelo novo coronavírus continuam a aumentar no mundo

Casos de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) já foram confirmados em 80 países e territórios, além da China continental e do Japão. São 13.752 casos e 258 mortes até o momento.

A Coreia do Sul lidera a lista, com 5.766 casos, seguida da Itália, com 3.089, do Irã com 2.922, da França com 285, Alemanha com 262, Espanha com 206, de Cingapura com 112, Hong Kong com 95, do Reino Unido com 81 e dos EUA com 80.

A Eslovênia registrou seu primeiro caso na quarta-feira (4). Página 3

Uruguai descarta três casos suspeitos de coronavírus

O Uruguai, país que faz fronteira com Brasil e Argentina, não registrou nenhum caso do novo coronavírus até o momento, diferentemente das nações vizinhas. O Ministério de Saúde Pública descartou, na noite de ontem, três casos suspeitos, de pessoas com sintomas parecidos ao da doença.

A Direção Geral de Saúde informou que não há exames programados para o dia de hoje. O diretor do órgão, vinculado ao Ministério da Saúde, afirmou que o país está preparado para enfrentar a chegada do vírus e dispõe de kits de diagnóstico, além de ter um plano de contingência em permanente revisão. Página 3

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite nublada com possibilidade de garoa.

26° C
15° C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,64
Venda: 4,64

Turismo
Compra: 4,46
Venda: 4,83

EURO
Compra: 5,19
Venda: 5,20

AGU cobra R$ 1,3 bilhão por desmatamento na Amazônia Legal

Foto/ Arquivo AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou na quinta-feira (5) que o governo federal cobra, na Justiça, o valor de R$ 1,3 bilhão pelo desmatamento na Amazônia Legal. Segundo a AGU, o número corresponde a 29 ações civis públicas protocoladas na quinta-feira (5), além de outras enviadas em dezembro do ano passado à Justiça. Nos processos, grandes infratores são cobrados a ressarcir os prejuízos causados pela exploração ilegal de madeira e atividades irregulares de pecuária.

As áreas foram desmatadas ao longo do tempo em decorrência de atividades econômicas ilícitas nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Amapá. A cobrança faz parte do trabalho da Força-Tarefa da Amazônia, composta por procuradores da AGU que atuam junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O grupo foi criado em setembro do ano passado.

Conselho

O vice-presidente Hamilton Mourão anunciou na quinta-feira, (5) que o Conselho da Amazônia vai fazer sua primeira reunião no dia 25 de março, quando será apresentado o plano com os objetivos e metas das ações para a proteção, preservação e desenvolvimento da região Amazônica. O colegiado é coordenado pela Vice-Presidência e reúne 14 ministérios. (Agencia Brasil)

Paulo Guedes diz que economia está "reacelerando"

Página 3

FMI disponibiliza US$ 50 bilhões para ajudar no combate ao Covid -19

O Fundo Monetário Internacional anunciou que está disponibilizando cerca de US$ 50 bilhões para ajudar na resposta de combate ao novo coronavírus. A verba será liberada por meio de linhas de financiamento de emergência de desembolso rápido para países de baixa renda e mercados emergentes que precisem de apoio. Página 4

Governo de SP orienta moradores da Baixada Santista sobre antecipação de benefícios

Página 2

Esporte

Rubens Barrichello repete dupla com português Filipe Albuquerque

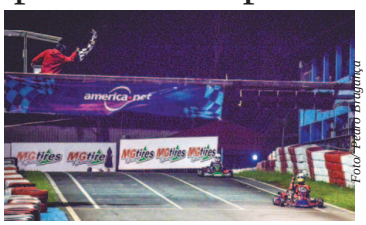
Na contagem regressiva para o início de sua oitava temporada na Stock Car ao lado da equipe Mobil Full Time Sports, o piloto Rubens Barrichello anunciou na quarta-feira (4) o português Filipe Albuquerque como seu companheiro nos 200 Km de Goiânia, prova que abrirá a temporada 2020 da principal categoria brasileira no dia 29 deste mês.

Os dois já dividiram o cockpit do Stock Car #111 na Corrida de Duplas de 2018, em Interlagos, quando largaram da terceira posição e foram ao pódio em segundo lugar. Página 6

Foto/ Carsten Horst

Rubens *Barrichello*

Kartismo: Alberto Otazú vence primeira etapa da F4 Akasp



Foto/ Pedro Bigatão

Alberto *Otazú assumiu a liderança da F-4 Akasp*

O longo campeonato de F-4 da Associação de Kart Amador de São Paulo (Akasp) começou com a vitória de Alberto Otazú (Pailler Racing/Bianchi Automóveis/Cardoso Funilaria e Pintura/No Fire Services/Speed Truck/Rolley Ball/AVSP). Na última quarta-feira o atual vice-campeão superou o campeão Bruno Biondo (Arbi) no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP), por apenas um segundo, o que mostra que esta temporada de 40 etapas será novamente muito disputada. Em terceiro ficou Otávio Lotfi.

"Vencer o Bruno (Biondo) nunca é fácil, ele é um dos melhores pilotos que conheço", admitiu o vencedor. Página 6

Enzo Vidmontiene disputa final do Florida Winter Tour em busca de vitória

Destaque brasileiro no kartismo americano, o jovem Enzo Vidmontiene disputará a terceira e última etapa do Florida Winter Series neste final de semana. A competição será em São Petersburgo, na Flórida, e o piloto brasileiro vai acelerar na categoria Mini. Enzo vem de boas corridas escalando pelotões na etapa passada e foi destaque também na abertura do campeonato quando liderou parte da corrida final.

"Nós fizemos boas corridas nas duas primeiras etapas do Florida Winter Tour e a vitória quase veio. Vamos seguir trabalhando nos treinos desta semana para podermos disputar a vitória nas classificatórias e também na final aqui no circuito de Tropicana Field, uma pista em que vou fazer minha estreia", diz Vidmontiene, que foi segundo colocado na Pré-final da etapa de abertura. Página 6

Gabriela Muniz, promessa da marcha, disputa o Sul-Americano de Lima

Foto/ Wagner Carmo

Gabriela *Muniz*

A Seleção Brasileira de marcha atlética viaja na manhã desta sexta-feira (6) para Lima, no Peru, onde disputará o Campeonato Sul-Americano da modalidade no domingo (8). A delegação segue com 24 atletas – 12 homens e 12 mulheres. Uma das maiores promessas da equipe é a brasiliense Gabriela de Souza Muniz (CASO-DF), de apenas 17 anos, que vai competir na categoria Sub-20. Página 6

Prefeitos se reúnem para definir ações integradas no combate ao coronavírus

O Governador João Doria se reuniu na quinta-feira (3) com representantes das 645 cidades do Estado de São Paulo para apresentar um plano de medidas de prevenção e assistência para casos do novo coronavírus (COVID-19). A reunião aconteceu no Palácio dos Bandeirantes.

"Peço aos prefeitos e prefeitas que ajudem na disseminação de informações claras, precisas e objetivas sobre o coronavírus. Não há razão nenhuma para pânico, interrupção de aulas, trabalho, atividades esportivas ou espetáculos. A ação mais recomendada pelos especialistas é a prevenção", disse Doria.

O Secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann, apresentou o conceito e o histórico do coronavírus, fluxos de atendimento no SUS e a atuação do Centro de Contingência do coronavírus, coordenado pelo médico infectologista David Uip, e do Comitê de Operações de Emergência.

A doença é registrada em diversos países do mundo, com cerca de 90 mil casos e 3,1 mil mortes, mais de 90% concentrados na China. O Brasil registra quatro casos confirmados, todos na capital paulista. Os pacientes estão estáveis e em isolamento domiciliar. O Estado também monitora 135 casos suspeitos e já descartou 131 notificados.

Também foram apresentados ao público os principais sintomas (febre, tosse e coriza) e as complicações da doença. O período de incubação do vírus pode chegar a 14 dias, após o contato com alguém infectado. A transmissão pode ocorrer, em média, sete dias após o início dos sintomas.

Germann reforçou a importância da higiene pessoal para evitar a disseminação do vírus. São medidas simples como lavar bem as mãos e antebraços; não compartilhar objetos de uso pessoal; cobrir tosses ou espirros, preferencialmente com lenço descartável ou os braços; manter distância de dois metros se perceber alguém tossindo ou espirrando.

Cabe aos serviços municipais de saúde monitorar a população e notificar casos suspeitos no sistema oficial do Ministério da Saúde. Pessoas com sintomas devem procurar atendimento em unidades básicas ou de pronto atendimento. Se a pessoa se enquadrar no critério de suspeita de COVID-19, haverá coleta de amostra para exames no Instituto Adolfo Lutz. Equipes médicas definem se haverá isolamento hospitalar ou domiciliar conforme cada caso.

Combate a fake news

O Governo do Estado distribui um guia com informações de conscientização e prevenção ao coronavírus, que também está à disposição das prefeituras para uso e divulgação. O material pode ser baixado gratuitamente no hotsite www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus ou via QR Code e impresso. Uma central digital de combate a fake news também conta com material para livre compartilhamento por redes sociais e serviços de mensagem, como o WhatsApp.

A cartilha tem versões em português, inglês, espanhol, italiano e chinês. Versões impressas serão distribuídas a pessoas que chegam ao Brasil pelo aeroporto internacional de Cumbica, em Guarulhos, e pelo porto de Santos, o maior da América Latina.

As estações de metrô e trens da Grande São Paulo também receberão cartazes e material impresso sobre o coronavírus. O Governo de São Paulo também vai orientar municípios a disseminar o guia em postos de saúde, hospitais, escolas, terminais de ônibus e rodoviárias.

Uma série de vídeos com informações sobre o coronavírus e como a população pode colaborar para evitar a doença, além de entrevistas com especialistas, infográficos e ilustrações está disponível no canal do Governo de São Paulo no Youtube (www.youtube.com/governosp) e no hotsite www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

A coluna (diária) de política do jornalista **CESAR NETO** vem sendo publicada na imprensa de São Paulo (SP) desde 1993. Na Internet desde 1996, **www.cesarneto.com** foi um dos pioneiros no Brasil. EMAIL (endereço eletrônico) do site **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SP)

Com a abertura da janela da mudança de partido sem perder a cadeira, o vereador Caio Miranda (ainda no PSB) deve decidir (com seu eterno conselheiro Dimas Ramalho - conselheiro no Tribunal de Contas do Estado (SP), pra qual partido ele vai

.

PREFEITURA (SP)

O ex-cronista esportivo Datena (ex-PT, ex-PP, ex-DEM e agora MDB) segue jogando o jogo que aprendeu quando era repórter de campo. No Interior, é comum a torcida adversária dizer pro zagueirão "aperta que ele - o adversário - flatula"

.

ASSEMBLEIA (SP)

Baixada um pouco a poeira tóxica na ALESP(pós quebra-quebra contra reformas na Previdência), o deputado Arthur "Mamãe Falei" já fala como dono e recrutador de candidatos à vereança do PATRIOTA, no qual disputará a prefeitura paulistana

.

GOVERNO (SP)

João Doria (dono do PSDB 'liberal de centro') segue ajudando as cidades de São Vicente (do ex-governador França - dono do PSB), de Santos do Paulinho (PSDB antigo) e de Guarujá, terra a ser ocupada politicamente, pelos danos mortais das chuvas

.

CONGRESSO (BR)

Alguns deputados federais do PSC e do PSL (do sempre dono e deputado federal pernambucano Bivar) tão comparando o fato do governador Witzel (Rio) anunciar que as legendas já são a mesma coisa com o anúncio da tirada da Fórmula 1 de SP

.

PRESIDÊNCIA (BR)

Este fato é tão importante que merece repeteco: advogada e cristã, a ministra (Mulher, Família e Direitos Humanos) Damaris Alves tá cada vez mais em alta com parte da imprensa. Reeditou a "Cartilha de Proteção a Jornalistas e Comunicadores"

.

PARTIDOS

Ex-vereador paulistano, ex-prefeito paulistano, ex-deputado estadual (ALESP), ex-deputado federal, ex-Ministro multipartidário de governos federais e refundador / dono nacional do PSD, Gilberto Kassab - aumentando o número de senadores ...

.

POLÍTICOS

... a cada dia - deve ter seus bons motivos pra não se empenhar diretamente na eleição de uma grande bancada de vereadores na Câmara paulistana. O cara é tão profissional, que não pode se dar ao luxo de cuidar de cada rincão do Brasil

.

EDITOR

A Coluna (diária) de política do jornalista **CESAR NETO** foi se tornando referência. Recebeu a "Medalha Anchieta" na Câmara Municipal de São Paulo e o "Colar de Honra ao Mérito" na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

twitter **@CesarNetoReal**

Governo de SP orienta moradores da Baixada Santista sobre antecipação de benefícios

Em virtude do forte temporal ocorrido na Baixada Santista, que provocou deslizamentos de terra nos morros das cidades de Santos, Guarujá e São Vicente na madrugada de terça-feira (3), a Secretária Estadual de Desenvolvimento Social, Célia Parnes, convocou uma reunião no Gabinete de Crise, no Guarujá, com o secretariado das nove cidades da região.

A ação teve o objetivo de fornecer orientações sobre antecipação de benefícios de programas sociais federais, além de esclarecer como os municípios devem solicitar antecipação de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

Na reunião, foram debatidas as iniciativas realizadas pelas secretarias municipais, mobilizando e direcionando os esforços e recursos arrecadados entre cada cidade, de acordo com as particularidades de cada uma. Além disso, a Coordenadora de Desenvolvimento Social, Simone Malandrino, reforçou as diretrizes do Programa AcolheSP, desenvolvido pela pasta especificamente para situações de emergências e calamidade pública.

"As famílias que foram obrigadas a deixar suas residências na Baixada Santista por conta dos deslizamentos de terra estão sendo acolhidas em equipamentos municipais como escolas e centros de assistência social", salientou o Governador João Doria.

"Depois das intensas chuvas de 2018, não poderíamos deixar o cenário se repetir sem preparar a Secretaria para acolher e atender prontamente os municípios nessas situações", destacou Célia Parnes. "Nossa coordenadora, Simone Malandrino assumiu o compromisso e em menos de um ano implementou o AcolheSP, que, em parceria com a Defesa Civil, integra a assistência social exatamente nos pontos de apoio, acolhimento e cuidado", acrescentou a Secretária.

Assistência social

A viagem ao Guarujá contou ainda com uma visita ao abrigo temporário montado na Escola Municipal Dirce Valério, onde também foram entregues 500 kits de higiene pessoal (*shampoo*, condicionador e sabonete líquido).

"Estar no Guarujá, neste momento, com os nove gestores da assistência social dos municípios afetados alinha todo o esforço do Governo do Estado junto às vítimas dos desabamentos, deslizamentos e alagamentos. O programa AcolheSP, do Governo de São Paulo, permite que os beneficiários do Bolsa Família e Benefício de Proteção Continuada adiantem as parcelas a que são elegíveis desses programas, e que os municípios possam adiantar parcelas do Fundo Estadual de Assistência Social neste momento de crise", finalizou Célia Parnes.

SP vai devolver R$ 14,3 milhões em IPVA a quem teve veículo roubado ou furtado em 2019

A Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento devolve R$ 14.319.088,60 a proprietários que tiveram seus veículos roubados ou furtados em 2019 no Estado de São Paulo. O reembolso é referente à restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e beneficia os proprietários que haviam pago o imposto quando ocorreu o crime. O primeiro lote já está liberado para os proprietários que tiveram ocorrências registradas no 1º trimestre do ano passado.

Serão creditadas diferenças relativas a 35.049 veículos, distribuídas em quatro lotes liberados nos meses de março e abril. O contribuinte que tiver direito à devolução não precisa fazer nenhuma solicitação. O reembolso é automático, já que os sistemas da Secretaria de Segurança Pública e do Detran estão integrados ao da Fazenda e Planejamento.

Os valores ficarão à disposição do proprietário no Banco do Brasil durante 2 anos e obedecerão ao calendário de restituição de acordo com a tabela abaixo. Após esse prazo a restituição deverá ser solicitada na Secretaria da Fazenda e Planejamento. O contribuinte que estiver inadimplente não poderá resgatar o valor enquanto houver a pendência, como, por exemplo, débitos de IPVA de outro veículo de sua propriedade.

Como consultar os valores de restituição

– Acesse a área do IPVA no Portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento (portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/ipva). Na lista à esquerda, clique no item Serviços

– Na lista apresentada clique no link "Consulta de restituição de veículo furtado e roubado neste Estado" – Informe o Renavam e o número do boletim de ocorrência.

Restituição do IPVA

A restituição proporcional do IPVA aos donos de veículos roubados ou furtados passou a vigorar a partir de 2008, conforme regra estabelecida na Lei 13.032, aprimorada depois pela Lei 13.296, também em 2008.

A norma garante ao contribuinte a dispensa proporcional do pagamento do IPVA de 2019 a partir do mês da ocorrência do fato, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês do valor do imposto devido ao Estado. Caso o IPVA tenha sido pago, o proprietário terá direito a restituição. Para tanto, o contribuinte deve registrar o boletim de ocorrência para ter direito ao benefício, desde que o veículo tenha sido furtado ou roubado no Estado de São Paulo.

No caso de recuperação do veículo, volta a ser devido o IPVA no exercício em que ela ocorrer, proporcionalmente aos meses que restarem até o final do respectivo ano, à razão de 1/12 por mês, devendo computar o mês da recuperação. Este é o principal motivo pelo qual a restituição do imposto pago em 2019 está sendo realizada somente neste ano.

Passos necessários para assegurar o ressarcimento:

O valor da restituição deverá ser recebido em uma agência do banco do Brasil mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Pessoa física:

– Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV;

– Cédula de identidade original ou documento equivalente;

Pessoa jurídica:

– Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV;

– Cópia do Contrato Social ou da Ata da Assembleia Geral;

– Cédula de identidade ou documento equivalente do signatário;

Casos especiais (além dos documentos previstos)

– Representante legal – instrumento que lhe conceda poderes, que será retido e arquivado pela instituição bancária;

– Escritura pública ou alvará judicial. No ato da restituição o interessado assinará termo de quitação a ser arquivado na instituição bancária. A documentação relativa à restituição retida pela instituição bancária deverá ser arquivada pelo prazo de 5 anos.

-Em todos os casos, quando o valor não for recebido pelo proprietário do veículo, seu representante poderá fazê-lo desde que munido de procuração específica para esse fim.

Fica dispensada a apresentação de cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV nos casos em que tenha sido furtado ou roubado juntamente com o veículo, desde que o fato conste no Boletim de Ocorrência (BO) expedido pela autoridade competente.

Como obter a dispensa e restituição

Passo 1: Registrar o Boletim de Ocorrência (BO)

a) O Boletim de Ocorrência pode ser feito pela Internet, desde que a subtração do veículo não tenha se dado mediante uso de violência ou grave ameaça;

b) Se houver violência ou grave ameaça, o registro do evento será feito em unidade policial.

Passo 2: O Boletim de Ocorrência (BO) bloqueia o veículo no Detran

Passo 3: Procedimentos para restituição do IPVA

– Situação 1: Furto ou roubo ocorrido no mês de janeiro depois do pagamento integral do IPVA com desconto: Se o veículo for furtado ou roubado no mês de janeiro, após o pagamento integral do IPVA de 2019 com desconto, a restituição corresponderá ao valor total pago. Todavia, ocorrendo recuperação do veículo, o proprietário estará sujeito ao IPVA do exercício proporcionalmente aos meses que restarem até o final do ano, devendo computar o mês da recuperação, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês do valor do imposto devido ao Estado, de modo que haverá redução do valor a restituir.

– Situação 2: Furto ou roubo ocorrido após o pagamento de alguma parcela do IPVA, por exemplo em março: Se o contribuinte tiver pago duas parcelas do IPVA (janeiro e fevereiro) e o furto ou roubo do veículo ocorrer em março, ele somente deve 2/12 do IPVA de 2019 e terá direito à restituição do valor pago a mais que esses 2/12.

– Situação 3: Furto ou roubo ocorrido a partir do mês de abril depois do pagamento integral do IPVA de 2019: Se o contribuinte tiver pago o IPVA integralmente, e o furto ou roubo do veículo ocorrer em agosto, somente deve 7/12 do IPVA de 2019 e terá direito à restituição do valor pago a mais, ou seja, receberá de volta 5/12 do valor pago do IPVA de 2019, caso o veículo não tenha sido recuperado até o final do ano passado.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Paulo Guedes diz que economia está "reacelerando"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na quinta-feira (5) que o último resultado do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) mostra que a economia brasileira está "reacelerando". Segundo ele, na comparação trimestre a trimestre é possível observar que a expansão da produção de bens e serviços foi aumentando ao longo de 2019.

O PIB fechou o ano passado com crescimento de 1,1% frente a 2018. O resultado foi alcançado após a variação do quarto trimestre de 2019, que teve alta de 0,5% na comparação com o período anterior. Na comparação com o mesmo trimestre de 2018 houve elevação de 1,7%.

"A economia, que estava a 0,7% [no primeiro trimestre de 2019], foi reacelerando ao longo do ano e terminou o ano já rodando a quase 2%", disse o ministro ao analisar os números divulgados ontem (4). Ainda de acordo com Guedes, o crescimento do primeiro trimestre do ano passado sofreu o impacto do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) e da crise econômica na Argentina.

Paulo Guedes deu as declarações após uma reunião com acionistas e executivos de grandes empresas na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O presidente Jair Bolsonaro esteve no encontro acompanhado dos ministros da Casa Civil, Braga Neto; Meio Ambiente, Ricardo Salles; Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Antonio Francisco, e Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos.

Otimismo

"Foi importante essa reunião de quinta-feira (5) porque nós vimos de quem realmente está disparando os investimentos da economia brasileira o sentimento de otimismo, um clima completamente diferente do que está se falando", disse o ministro da Economia.

Para este ano, a estimativa de Guedes é que a economia brasileira cresça 2%. O ministro acredita que a epidemia de coronavírus tenha poucos impactos no Brasil. Segundo ele, a economia nacional ainda é muito fechada e, por isso, é menos afetada pelas mudanças no cenário global. "O Brasil é um dos menos integrados, então vai pegar muito mais nos outros do que em nós", enfatizou.

A reunião durou cerca de duas horas e foi seguida de um almoço.

Dólar

O ministro Guedes atribuiu às recentes altas do dólar a um ajuste do cenário econômico, com menos gastos públicos e juros mais baixos. "O modelo econômico mudou. O Brasil passou quatro décadas como paraíso dos rentistas e o inferno dos empreendedores. Modelo onde a taxa de juros estava sempre lá em cima, o governo se endividando em bola de neve, juros a 60% ao ano. Nós passamos uma década com juros de dois dígitos. E depois continuamos com os juros altos", disse.

Para o ministro, o cenário abre outras possibilidades para o aquecimento econômico. "Vai ter consumo, vai ter investimento, porque os juros são mais baixos. E ao mesmo tempo vai ter mais exportação, porque o câmbio tá lá. A inflação tá baixa, em 4% também", disse. (Agencia Brasil)

Censo 2020 abre 200 mil vagas para agentes em todo o país

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) abriu na quinta-feira (5) as inscrições para o processo seletivo do Censo 2020. São 200 mil vagas temporárias para os cargos de agentes censitários municipais e agentes censitários supervisores, ambos de nível médio, e para recenseadores, que exige nível fundamental.

As vagas são para todos os municípios do Brasil e as inscrições vão até 24 de março, somente pela internet, pelo site da organizadora do Processo Seletivo, Cebraspe.

A taxa, no valor de R$ 35,80 para as funções de nível médio e de R$ 23,61 para recenseador, pode ser paga em qualquer banco, casa lotérica ou pela internet. O trabalho será na coleta de informações do Censo 2020, com entrevistas aos moradores de todos os domicílios do país.

A duração prevista dos contratos será de três meses, com possibilidade de renovação em caso de necessidades do IBGE e de acordo com a disponibilidade orçamentária. Os profissionais terão direito a férias e 13º salários proporcionais. Não há restrição para quem já prestou serviço temporário para o IBGE ou outros órgãos públicos.

Vagas

No total, são 5.462 vagas para agente censitário municipal, com salário de R$ 2.100, e 22.676 vagas para agente censitário supervisor, que vai receber R$ 1.700 por mês. Segundo o IBGE, a vaga de agente censitário municipal de cada cidade será ocupada pelos melhores colocados no concurso em cada município. Eles serão os responsáveis pela coordenação da coleta do Censo 2020 naquela cidade, enquanto os demais agentes irão supervisionar as equipes de recenseadores.

Os recenseadores serão remunerados por produtividade, de acordo com o número de domicílios visitados e entrevistas feitas com os moradores. O cálculo leva em conta também as características do município, o tempo médio de duração das entrevistas e o deslocamento para o trabalho de coleta.

O IBGE disponibilizou um simulador para calcular o valor que o trabalhador pode receber. Por exemplo, um recenseador na cidade do Rio de Janeiro que trabalhe 30 horas semanais pode chegar a uma remuneração de R$ 2.092,56 ao mês. Já em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, a mesma carga horária pode render R$ 4.399,48.

As vagas serão distribuídas por áreas de trabalho especificas e o IBGE recomenda que os candidatos morem nas localidades em que irão atuar. As provas, marcadas para maio, serão feitas em todos os municípios onde houver vagas.

Para os cargos de agente censitário a prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório será no dia 17/05, com dez questões de lingua portuguesa, dez de raciocínio lógico quantitativo, cinco de ética no serviço público, 15 de noções de administração em situações gerenciais e 20 questões de conhecimentos técnicos.

Os candidatos a recenseadores farão a prova no dia 24 de maio, também de objetiva e de caráter eliminatório e classificatório, com 10 questões de língua portuguesa, 10 de matemática, cinco sobre ética no serviço público e 25 questões de conhecimentos técnicos. (Agencia Brasil)

Mansueto diz que crescimento do país tem sido muito baixo

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou na quinta-feira (5) que o crescimento econômico do Brasil é "muito baixo" e gera frustração na sociedade. A afirmação foi feita no Fórum Conjunto Consad [Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração] e Conseplan [Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento], em Brasília.

"Nós somos um país que ainda está passando por enormes dificuldades. Se me perguntarem se eu durmo tranquilo, eu não durmo tranquilo. Eu estou muito preocupado, porque a gente está ainda em um país em que o crescimento é muito baixo. Não é normal o país em desenvolvimento como o é Brasil crescer 1% ao ano. Isso é normal? Isso não é normal. Um país com tanta carência, com uma desigualdade tão grande, crescer 1% ao ano, claramente causa frustração em vários segmentos da sociedade", afirmou o secretário.

Em entrevista à imprensa após participar do evento, Mansueto lembrou que 2019 foi o terceiro ano que o Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, cresceu em torno de 1%. "Isso mostra que está sendo muito difícil para o Brasil se recuperar da crise muito forte que a gente teve em 2015 em 2016", disse.

Ele acrescentou que os organismos internacionais estão revisando o crescimento mundial para baixo, atualmente, o que também afeta o Brasil. "Claro, isso impacta todo mundo. No caso do Brasil, a gente tem que continuar no caminho e reforçar ainda mais a necessidade de reformas para melhor capacidade do país crescer mais, com crescimento de produtividade".

Na quarta-feira (4), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o PIB fechou o ano passado com crescimento de 1,1% frente a 2018. O resultado foi alcançado após a variação do quarto trimestre de 2019, que teve alta de 0,5% na comparação com o período anterior.

Para Mansueto, "o que vai puxar o crescimento do país é o investimento privado". Entretanto, com atual carga tributária "alta" no Brasil, deveria haver mais espaço para o investimento público. Durante sua participação do fórum, o secretário destacou que o ajuste fiscal não é feito apenas para economizar recursos, mas para criar capacidade para o setor público investir de forma sustentável. "É justamente para aumentar a capacidade do setor público de oferecer serviços".

Ainda no Fórum, Mansueto disse que é importante chegar a um consenso do que fazer para que o país tenha um crescimento maior. Para ele, a divergência é natural no debate político, que deve ser feito com serenidade, calma e transparência. Ele acrescentou que fica assustado com a "pouca importância" ou o pouco conhecimento que sobre as decisões relacionadas ao orçamento. "A gente tem de melhorar muito a transparência", destacou.

Fundeb

Mansueto também comentou sobre a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/15, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em tramitação no Congresso Nacional. O relatório da deputada Professora Dorinha (DEM-TO) prevê um aumento gradual na complementação de recursos feita pela União para estados e municípios. O texto apresentado hoje (18) pela deputada prevê um aumento de 15% no primeiro ano de vigência do novo fundo e elevações graduais até chegar a 20% no sexto ano.

Mansueto disse que "todos são a favor de aumentar os recursos para a educação", mas é preciso analisar os critérios e a velocidade que esses recursos são liberados. "Não existe um número certo nem errado. Cabe a nós sentarmos à mesa de negociações com os deputados e ver qual é o melhor cronograma de aumento de recursos para educação".

Segundo o secretário, há preocupação de que o aumento muito rápido possa prejudicar as finanças de estados e municípios. "Por exemplo, este ano, o reajuste do piso nacional de educação que foi publicado no final de 2019 foi 12% num país com inflação de 4%. Então, tem vários governadores e prefeitos preocupados com a velocidade do crescimento do Fundeb porque impacta muito inclusive as deles".

Mansueto acrescentou que a equipe econômica do governo federal defende um "percentual um pouquinho menor" do que os 20% propostos pela deputada, em um prazo mais longo. "Vale lembrar que com a recuperação da economia, a arrecadação do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], que é base do Fundeb, aumenta". (Agencia Brasil)

Inflação para famílias com renda mais baixa cai 0,02% em fevereiro

O índice de Preços ao Consumidor – C1 (IPC-C1) caiu 0,02% em fevereiro, ficando em 0,53 ponto percentual. Em janeiro, o índice medido em famílias com renda entre 1 e 2,5 salários mínimos foi de 0,55%. No acumulado dos últimos 12 meses, o IPC-C1 registrou variação de 4,06%. Os resultados foram divulgados na quinta-feira (5) pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Das oito categorias medidas pela FGV, apenas vestuário teve alta em fevereiro: de -0,24% em janeiro para 0,32%.

O grupo habitação caiu de 0,37% para -0,54%; educação, leitura e recreação, de 2,48% para -0,32%; transportes, de 0,50% para -0,03%; alimentação, de 0,83% para 0,51%; saúde e cuidados pessoais, de 0,29% para 0,26%; comunicação, de 0,15% para 0,11%; e despesas diversas, de 0,16% para 0,15%. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Casos de infecção pelo novo coronavírus continuam a aumentar no mundo

Casos de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) já foram confirmados em 80 países e territórios, além da China continental e do Japão. São 13.752 casos e 258 mortes até o momento.

A Coreia do Sul lidera a lista, com 5.766 casos, seguida da Itália, com 3.089, do Irã com 2.922, da França com 285, Alemanha com 262, Espanha com 206, de Cingapura com 112, Hong Kong com 95, do Reino Unido com 81 e dos EUA com 80.

A Eslovênia registrou seu primeiro caso na quarta-feira (4).

O número de mortos chega a 107 na Itália, 92 no Irã, 35 na Coreia do Sul, nove nos EUA, quatro na França, dois em Hong Kong, Iraque e Espanha, e um nas Filipinas, Taiwan, Tailândia, San Marino e Austrália.

Das pessoas que desembarcaram do navio de cruzeiro Diamond Princess no mês passado, 46 dos cerca de 300 americanos que retornaram para casa em voos fretados pelo governo testaram positivo para o vírus.

A Austrália confirmou que 10 passageiros testaram positivo após retornarem para casa. Hong Kong confirmou nove, o Reino Unido quatro, Israel e Rússia três cada, e Taiwan um. (Agencia Brasil)

Uruguai descarta três casos suspeitos de coronavírus

O Uruguai, país que faz fronteira com Brasil e Argentina, não registrou nenhum caso do novo coronavírus até o momento, diferentemente das nações vizinhas. O Ministério de Saúde Pública descartou, na noite de ontem, três casos suspeitos, de pessoas com sintomas parecidos ao da doença.

A Direção Geral de Saúde informou que não há exames programados para o dia de hoje. O diretor do órgão, vinculado ao Ministério da Saúde, afirmou que o país está preparado para enfrentar a chegada do vírus e dispõe de kits de diagnóstico, além de ter um plano de contingência em permanente revisão.

Apesar de estar livre da doença até o momento, autoridades reconhecem que o vírus deve chegar ao país nos próximos dias ou semanas, mas pedem tranquilidade à população.

Países próximos, como Brasil, Chile e Argentina já têm casos confirmados (três, três e um, respectivamente). Na América do Sul, há casos também no Equador (10) e na Guiana Francesa (5).

A doença atinge mais de 80 países e territórios, com 90 mil pessoas infectadas e um saldo de mais de 3 mil mortos em todo o mundo, a maioria na China, onde o vírus surgiu. (Agencia Brasil)

Fuga de recursos da poupança cai em fevereiro

A fuga de recursos da caderneta de poupança diminuiu em fevereiro, apesar de a aplicação estar com os rendimentos comprometidos por causa da queda dos juros. No mês passado, os investidores retiraram R$ 3,57 bilhões a mais do que depositaram na aplicação, informou na quinta-feira (5) o Banco Central. Em fevereiro do ano passado, os saques líquidos – diferença entre retiradas e depósitos – tinham atingido R$ 4,02 bilhões.

O recorde de retiradas líquidas para meses de fevereiro tinha sido registrado em 2016: R$ 6,64 bilhões. Tradicionalmente, os dois primeiros meses do ano apresentam fortes saques da poupança. Isso porque a população usa parte das reservas financeiras para cobrir gastos de início de ano, como impostos, material escolar e quitar as compras de Natal.

Até 2014, os brasileiros depositavam mais do que retiravam da poupança. Naquele ano, as captações líquidas chegaram a R$ 24 bilhões. Com o início da recessão econômica, em 2015, os investidores passaram a retirar dinheiro da caderneta para cobrir dívidas, em um cenário de queda da renda e de aumento de desemprego.

Em 2015, R$ 53,57 bilhões foram sacados da poupança, a maior retirada líquida da história. Em 2016, os saques superaram os depósitos em R$ 40,7 bilhões. A tendência inverteu-se em 2017, quando as captações excederam as retiradas em R$ 17,12 bilhões, e em 2018, com captação líquida de R$ 38,26 bilhões. Em 2019, a poupança registrou captação líquida de R$ 13,23 bilhões.

Com rendimento de 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia), a poupança está atraindo menos recursos porque os juros básicos estão no menor nível da história. Com a Selic em 4,25% ao ano, o investimento está cada vez rendendo menos.

Nos 12 meses terminados em fevereiro, a aplicação rendeu 3,76%, segundo o Banco Central. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), que serve como prévia da inflação oficial, atingiu 4,21%. O IPCA cheio de fevereiro será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no próximo dia 11.

Para 2020, o Boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras divulgadas pelo Banco Central, prevê inflação oficial de 3,19% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com a atual fórmula de rendimento, a poupança renderá 2,975% em 2020, caso a Selic permaneça em 4,25% ao longo de todo este ano. (Agencia Brasil)

SOCOPA CORRETORA **Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A.**
CNPJ 62.285.390/0001-40 - NIRE 3530012760-9

Declaração de Propósito

A pessoa física abaixo identificada, por intermédio do presente instrumento **I - Declara** sua intenção de: a) assumir o controle societário da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 62.285.390/0001-40, a qual passará a funcionar com as características abaixo especificadas, negócio cuja concretização depende da aprovação do Banco Central do Brasil, conforme previsto nos (i) Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, firmado entre as partes: Homero Amaral Júnior e Álvaro Augusto de Freitas Vidigal e (ii) Contrato de Permuta e Doação de Ações e Outras Avenças, firmado entre as partes Álvaro Augusto Vidigal e Álvaro Augusto de Freitas Vidigal. Denominação social: SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. Local da sede: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 3º andar, CEP 01452-919, São Paulo - SP. Composição societária: Controlador: Álvaro Augusto de Freitas Vidigal, inscrito no CPF sob o nº 149.225.838-58, deterá a totalidade de ações de emissão da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. e figurará como seu único acionista. **II - Esclarece** que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções a presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de trinta dias contados da data da publicação desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito as vistas do processo respectivo. **Banco Central do Brasil** - Gerência-Técnica em São Paulo I (Deorf/GTSP3): Avenida Paulista, 1.804 - 5º andar, CEP 01310-922, São Paulo - SP. **Processo nº 171094.** São Paulo, 6 de fevereiro de 2020. Álvaro Augusto de Freitas Vidigal.

Ministério da Saúde confirma o oitavo caso de coronavírus

O Ministério da Saúde confirmou mais quatro casos de coronavírus no Brasil, totalizando seis em São Paulo, um no Rio de Janeiro e outro no Espírito Santo. Segundo o secretário de Vigilância em Saúde, Wanderson de Oliveira, o caso confirmado no Espírito Santo entrará no banco de dados do ministério nas próximas horas, mas já está confirmado.

O caso do Espírito Santo é uma mulher de 37 anos, com histórico de viagem. Além disso, existe um caso confirmado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, mas o ministério aguarda a contraprova para confirmar oficialmente. Assim, o Brasil tem 636 casos suspeitos e oito confirmados.

Testes de coronavírus no Brasil

No Brasil, laboratórios públicos ou privados que identificarem casos confirmados da doença pela primeira vez, devem passar por validação de um dos três laboratórios de referência nacional: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Instituto Evandro Chagas, no Pará; e Instituto Adolfo Lutz em São Paulo. Após a validação da qualidade, o laboratório passa a ser considerado parte da Rede Nacional de Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública.

Na quarta-feira (4) a Fiocruz começou a distribuir, no Rio de Janeiro, kits para o diagnóstico do novo coronavírus para laboratórios centrais estaduais, que também passarão por um processo de capacitação para a realização dos testes.

Os kits foram desenvolvidos no Brasil pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) e pelo Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP). Já a capacitação será conduzida pelo Laboratório de Vírus Respiratório e Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz. (Agencia Brasil)

FMI disponibiliza US$ 50 bilhões para ajudar no combate ao Covid -19

O Fundo Monetário Internacional anunciou que está disponibilizando cerca de US$ 50 bilhões para ajudar na resposta de combate ao novo coronavírus. A verba será liberada por meio de linhas de financiamento de emergência de desembolso rápido para países de baixa renda e mercados emergentes que precisem de apoio.

Desse valor, US$ 10 bilhões estão disponíveis com juro zero para os países-membros mais pobres, através do Mecanismo de Crédito Rápido da instituição.

Situação

A diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, disse que todos reconhecem "que a situação com a disseminação do coronavírus é muito grave e pode piorar". Ela destacou que o que se sabe até o momento é que a "doença está se espalhando rapidamente" e que mais de um terço dos estados-membros do FMI já foram afetados diretamente.

Segundo ela, a questão não é mais regional. "É um problema global que exige uma resposta global." Ela acrescentou que todos devem ter consciência de que o problema "irá recuar", mas que ainda não é possível saber "com que rapidez isso vai acontecer".

Choque

A chefe do FMI observou que a questão é incomum e trará perdas econômicas, pois "afeta elementos significativos de oferta e demanda." Ela explicou que o fornecimento, por exemplo, "será interrompido devido à morbidade e mortalidade, mas também aos esforços de contenção que restringem a mobilidade e os custos mais altos de fazer negócios devido a cadeias de suprimentos restritas e uma restrição de crédito."

Georgieva citou ainda a demanda, que "também cairá devido à maior incerteza, maior comportamento de precaução, esforços de contenção e aumento dos custos financeiros que reduzem a capacidade de gastar". Segundo ela, "esses efeitos irão se espalhar pelas fronteiras."

De acordo com o FMI, a estimativa é de que cerca de um terço das perdas econômicas provocados pelo covid-19 serão custos diretos, com perda de vidas, fechamento de locais de trabalho e quarentenas. Os dois terços restantes serão indiretos, refletindo uma redução na confiança do consumidor e no comportamento dos negócios e uma contração nos mercados financeiros.

Sistemas Financeiros

A boa notícia, de acordo com Kristalina Georgieva, é que os sistemas financeiros são mais resilientes do que antes da crise financeira global. Para ela, o "maior desafio agora é lidar com a incerteza."

A chefe do FMI acredita que em qualquer cenário, o crescimento global em 2020 cairá abaixo do nível do ano passado. Ela ponderou que "até onde vai cair e por quanto tempo é difícil de prever" e que isso dependerá da epidemia, "mas também da pontualidade e eficácia" das ações tomadas.

Este desafio é ainda maior para países com sistemas de saúde e capacidade de resposta mais fracos. O FMI alerta que isso exige um mecanismo de coordenação global para acelerar a recuperação da demanda e da oferta.

Resposta

Georgieva afirmou que a "prioridade número um em termos de resposta fiscal é garantir gastos relacionados à saúde na linha de frente para proteger o bem-estar das pessoas, cuidar dos doentes e retardar a propagação do vírus."

Ela disse que também podem ser necessárias ações de política macrofinanceira para combater os choques de oferta e demanda, que devem ser "oportunas e direcionadas aos setores, empresas e famílias mais atingidas."

"Um enfraquecimento generalizado da demanda através da confiança e repercussão, incluindo no comércio e no turismo, nos preços de commodities e nas condições financeiras mais restritas, exigiria uma resposta política adicional para apoiar a demanda e garantir um suprimento adequado de crédito", explicou a chefe do FMI.

Além disso, também será necessária uma "liquidez adequada para compensar os riscos de estabilidade financeira."

Banco Mundial

Nesta terça-feira, o Banco Mundial também anunciou a disponibilização de um pacote inicial de até US$ 12 bilhões em apoio imediato para ajudar os países a lidar com os impactos econômicos e na saúde devido ao surto de covid-19.

O financiamento foi concebido para ajudar os países-membros a tomar medidas efetivas para responder e, sempre que possível, diminuir os trágicos impactos causados pelo novo coronavírus.

Por meio do novo pacote acelerado, o Banco Mundial ajudará os países em desenvolvimento a fortalecer os sistemas de saúde. A meta é melhorar o acesso aos serviços deste setor para proteger as pessoas da epidemia, fortalecer a vigilância de doenças, reforçar as intervenções de saúde pública e trabalhar com o setor privado para reduzir o impacto nas economias.

Tanto o Banco Mundial como o FMI enfatizaram que utilizarão ao máximo os instrumentos disponíveis, "incluindo financiamento de emergência, aconselhamento sobre políticas e assistência técnica."

Casos

De acordo com a última atualização da Organização Mundial da Saúde (OMS), até quarta-feira haviam sido confirmados 92.943 casos de covid-19 em nível global, com 3.160 mortes.

Nas últimas 24 horas, a China teve 120 novas incidências da doença. Fora do país asiático, foram relatados 2.075 casos em 35 países. Das 75 nações que reportaram casos de infeção pelo vírus até o momento, 47 delas têm 10 pacientes ou menos. (Agencia Brasil)

Vazamento de ex-secretário permitiu fuga de empresário para os EUA

O empresário Arthur Soares Filho, conhecido como Rei Arthur, considerado um dos principais personagens da corrupção da Operação Lava Jato no Rio, poderia ter sido preso em 2017, se não tivesse recebido uma informação vazada pelo então secretário nacional de Justiça Astério Pereira dos Santos, preso na quinta-feira (5). Após receber a informação de que poderia ser detido, Arthur viajou de Portugal, onde estava, para os Estados Unidos, onde se encontra em liberdade até hoje.

A avaliação é dos procuradores do Ministério Público Federal (MPF), responsáveis pela denúncia que motivou a Operação Titereiro, que resultou na prisão de nove pessoas.

"Acreditamos que sim [ele seria preso]. Temos boas relações com as autoridades portuguesas. Acreditamos que se ele estivesse em Portugal, as autoridades portuguesas possivelmente teriam cumprido a nossa solicitação de cooperação jurídica internacional. É bem possível que sim, que ele hoje estivesse preso, caso não houvesse esse vazamento de informações", disse o procurador Felipe Bogado.

Propinas

O Ministério Público denunciou 15 pessoas suspeitas de envolvimento em esquema de pagamento de propinas a conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para beneficiarem as empresas Denjud e JB Alimentação em contratos com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Entre elas, Astério Pereira que, antes de assumir a secretaria nacional de Justiça, durante o governo de Michel Temer, foi secretário da SEAP, no governo de Sérgio Cabral.

O valor da propina, segundo a denúncia do MPF, chegava a 15% dos recebíveis pelas empresas. O grupo, que faz parte da organização criminosa comandada pelo ex-governador Sérgio Cabral, ainda de acordo com os procuradores, era liderado por Astério e por seu sócio, Carlson Ruy Ferreira, também denunciado.

A Polícia Federal (PF) cumpriu mandado para prender seis denunciados preventivamente. Houve ainda três pedidos de prisão temporária. Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão em pelo menos 31 endereços. Além da denúncia, das prisões e da busca e apreensão, o MPF requereu à Justiça Federal que o patrimônio dos denunciados fosse bloqueado, somando mais de R$ 140 milhões de pessoas físicas e mais de R$ 676 milhões de 31 empresas.

TCE

De acordo com a denúncia, entre maio e dezembro de 2016, a organização criminosa ofereceu, prometeu e pagou vantagem indevida, correspondente a 15% sobre os recebíveis das empresas Denjud e JB Alimentação, em mais de R$ 2,9 milhões, a conselheiros do TCE, para que praticassem ou retardassem atos de ofício, com infração de deveres funcionais.

O nome da operação, Titereiro, é uma alusão à pessoa que movimenta marionetes. A íntegra da denúncia pode ser acessada na página do MPF na internet. (Agencia Brasil)

Governo do PR libera R$ 18 milhões para municípios da Região Sul

O governador Carlos Massa Ratinho Junior autorizou na quinta-feira (5) a liberação de R$ 18 milhões para dez municípios da região Sul do Estado. Os valores serão investidos em veículos, máquinas, em trabalho de revisão de um Plano Diretor Municipal, revitalização de praça, reformas de hospitais, pavimentação asfáltica e tratamento de esgoto.

São beneficiados Antônio Olinto, Bituruna, Mallet, São João do Triunfo, Cruz Machado, General Carneiro, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória. A confirmação dos recursos foi feita em encontro do governador com os prefeitos da Associação dos Municípios Sul Paranaenses (Amsulpar), em União da Vitória.

"É um pacote de investimentos em saúde, compra de equipamentos e automóveis, e pavimentação asfáltica. A ideia é colaborar com os municípios para atender melhor a população. Conseguimos esses resultados com o fim das mordomias e redução dos gastos com a máquina pública", afirmou Ratinho Junior. "Nosso compromisso é também com a geração de empregos. Queremos trazer mais investimentos para o Paraná e em especial para a região Sul do Estado".

O prefeito de União da Vitória, Santin Roveda, disse que os municípios tiveram todos os pedidos atendidos. "Somos berço da erva-mate no Estado e um polo universitário e das indústrias madeireira e mineral. A região Sul até então tinha uma expressão razoável, mas hoje é uma das mais fortes do Estado", afirmou.

O deputado estadual Hussein Bakri, líder do Governo na Assembleia Legislativa, acrescentou que as liberações se somam a outros projetos em andamento na região, como a pavimentação asfáltica entre Irati e São Mateus do Sul (PR-364), a inclusão da BR-476 no novo Anel de Integração, o colégio militar, a retomada dos voos regionais entre União da Vitória e Curitiba e a ponte José Richa, além da revitalização de vias urbanas na cidade. "As liberações acontecem de forma surpreendente, no primeiro ano do Governo do Estado. E é um valor significativo. União da Vitória e região saem fortalecidas depois dessas assinaturas", complementou.

Os investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas somam R$ 3,3 milhões. Parte da liberação é a fundo perdido e parte é via sistema de financiamento dos municípios, linha operada pela Fomento Paraná e Paranacidade.

O município de Antônio Olinto recebeu R$ 170 mil e comprar uma van para o transporte de até 16 passageiros. Mallet captou R$ 134 mil aquisição de dois veículos; Bituruna vai investir R$ 178,7 mil na contratação de serviços de elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal da cidade, que tem como objetivo estruturar melhor o crescimento da cidade, de pouco mais de 15 mil habitantes, pelos próximos dez anos. Já São João do Triunfo vai usar R$ 1,6 milhão em compra de equipamentos rodoviários.

União da Vitória vai investir R$ 1,2 milhão na conclusão da revitalização de Praça Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, onde estão localizadas algumas das principais construções da cidade, como a Biblioteca Municipal e a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus. Também comprará um veículo.

A praça recebe drenagem de águas pluviais, calçadas, canteiros, bancos, lixeiras, bicicletário, iluminação, paisagismo, dois quiosques, fonte interativa, espelho d'água, pergolado em madeira, museu ar livre e arco decorativo, e o remanejamento de monumentos existentes (Rosa dos Ventos, Mapa do Brasil, Anfiteatro e chimarródromo).

Segundo o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, João Carlos Ortega, os repasses aos municípios atendem o compromisso de desenvolvimento sustentável. "Os equipamentos são para melhorar os serviços nas áreas urbanas e rurais das cidades, e em União da Vitória a revitalização de uma praça importante. Nosso compromisso é com os municípios e os bons projetos", afirmou.

A Secretaria de Saúde liberou mais de R$ 5 milhões, como parte de um pacote de quase R$ 30 milhões para a região da Amsulpar. Os investimentos contemplam ainda o novo Hemocentro, um Ambulatório Multiprofissional Especializado e a construção da sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale Iguaçu (Cisvali).

Segundo o secretário Beto Preto, as medidas são parte da estratégia de regionalização da saúde. "São obras, equipamentos e investimentos em todas as cidades. Vamos gastar onde os paranaenses moram. Temos um Governo do Estado que combina e entrega ações certeiras na área da saúde", afirmou.

Entre as liberações desta quinta-feira, estão recursos para os hospitais municipais de Antônio Olinto e de Bituruna, para a reforma do hospital municipal e construção de uma unidade básica de saúde e uma ambulância para Paulo Frontin.

Os maiores montantes foram para General Carneiro (R$ 1,5 milhão para reforma do pronto atendimento e ambulância) e União da Vitória, para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e para a Sociedade Beneficente São Camilo. São Mateus do Sul, Porto Vitória e Cruz Machado terão recursos para compra de veículos.

Também foram assinados cinco convênios da Secretaria de Infraestrutura e Logística para pavimentação asfáltica. Eles foram destinados a União da Vitória (R$ 1 milhão - Avenida Coronel Amazonas), Mallet (R$ 1,3 milhão - Rua Tiradentes), Bituruna (R$ 1 milhão - Avenida Bento Munhoz da Rocha), Paulo Frontin (R$ 1,9 milhão - diversas vias urbanas) e General Carneiro (R$ 600 mil - Rua Santos e Anjos).

A Sanepar também anunciou investimento de R$ 1,8 milhão para obras da segunda etapa da rede de distribuição de água e ampliação da rede de esgoto em União da Vitória.

Estiveram presentes no evento o secretário de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, e o secretário de Segurança Pública, Romulo Marinho Soares; os deputados estaduais Nelson Luersen, Alexandre Curi e Emerson Bacil; prefeitos da Amsulpar, vereadores e lideranças regionais. (Aenpr)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS. EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ANTONIO PAES DE CASTRO. REQUERIDO POR ELIANE TEIN DE CASTRO. PROCESSO **Nº0010319-25.2019.8.26.0008**. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 19 de dezembro de 2019, foi decretada a INTERDIÇÃO de ANTONIO PAES DE CASTRO, CPF 122.811.588-53, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza negocial e patrimonial, e nomeada, como CURADORA, em caráter DEFINITIVO, a Sra. Eliaine Teni de Castro. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. [illegible]

LEILÃO DE ARTE

Leilão de arte - Gustavo Augusto Magalhães (leiloeiro oficial jucesp 1128), comunica que será realizado o leilão de arte no dia 09/03 às 19 hrs. www.originarteleiloes.com.br av. Doutor João guimarães, 315ª morumbi sp/sp (11) 5825-8932 originarteleiloes@gmail.com

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS,COM PRAZO DE 10(DEZ)DIAS,expedido nos autos do PROCN.º**1073109-07.2019.8.26.0053**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Keiichi Koyama, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO move uma Desapropriação por Utilidade Pública (DL 3.365/1941) em face Maria do Carmo Azenedo, qualquerque o imóvel situado na rua Balacuirintho, nº 152, Jardim Brasil, São PauloSP, CEP 02227-070, contribuinte nº 066.147.0001-4, para a implantação do melhoramento "Bacia do Córrego Pacoleica Trecho 3", declarado de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 51.796, datado de 09.05.07. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de janeiro de 2020. [illegible]

EDITAL DE 1º e 2º leilão do bem imóvel abaixo descrito e para **INTIMAÇÃO** dos executados **RER COMÉRCIO, CONFECÇÕES DE CALÇADOS E ACESSÓRIOS EIRELI – ME (CNPJ. nº 16.502.460/0002-41), RODRIGO MENDES DA CRUZ**, (RG.37.854.559-SSP/SP, CPF.275.428.438-93) e **FABIANA MENDES CUNHA ESTEVAM** (RG.36.820.523-X-SSP/SP, CPF.223.448.868-84), A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO e demais interessados, expedido nos autos do **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, movida por **SÃO MARCOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e INTERLAGOS SHOPPING CENTER COMERCIAL LTDA. PROC. 0022486-17.2016.8.26.0002**. O Doutor ANTONIO CARLOS SANTORO FILHO, Juiz de Direito da 11ª Vara Cível do Foro Regional II – Santo Amaro/SP, na forma da Lei, nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que levará a leilão o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da **Argo Network Leilões (www.argonetworkleiloes.com.br)**, em condições que segue: **BEM –** Casa e terreno situada à Rua Itirapuã, 296, bairro Capelinha, lugar denominado Vila Planalto, no 29º Subdistrito - Santo Amaro, com a área de 287,30m2, medindo 10m de frente, do lado direito de quem olha do terreno para a rua mede 28,70mts., do lado esquerdo mede 28,76m e nos fundos mede 10m, confrontando em ambos os lados com Thomaz Pivetta e nos fundos com Thomaz Pivetta distante 281,86m do início formado pela confluência da Estrada Circuito de Ibiaçoeirica da Serra e a Rua Itirapuã, contribuinte 122.102.0250-6, **objeto da matrícula 177.822 do 11º CRI/SP**. Consta conforme Av.10, registro de penhora exequenda. **AVALIAÇÃO: R$978.000,00 (abril/2018); DÉBITO ATUALIZADO: R$948.482,12 (maio/2017); DÉBITOS DE IPTU: R$2.922,96 em 28/01/2020; DÉBITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA: R$9.894,40 em 28/01/2020; DATAS DOS LEILÕES - 1º leilão, que terá início no dia 16 de Março de 2020, as 14:00 horas, encerrando-se no 19 de Março de 2020, às 14:00 horas, e, para eventual segundo leilão, que seguir-se-á sem interrupção, encerrando no dia 13 de Abril de 2020, às 14:00 horas. CONDIÇÕES DE VENDA –** No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem (atualizado monetariamente). Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em 5ta e hora previamente definidos no edital. No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 60% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de imóvel de incapaz. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. Desde já fica consignado que o arrematante deverá efetuar o pagamento de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro (artigos 18 e 19 do Ato do Pleito Provimento). Fica claro, ainda, que, se o credor optar pela não adjudicação (art. 876 NCPC), participará das hastas públicas e pregões, na forma da lei e igualdade de condições, dispensando-se a exibição do preço, até o valor atualizado do débito. Deverá depositar o valor excedente, no mesmo prazo. Contudo, deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma antes mencionada, que não será considerada despesa processual para fins de ressarcimento pelo executado. Nos moldes do art. 20 do Prov. 1625/2009, o auto de arrematação somente será assinado pelo Juízo após a efetiva comprovação do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) ate o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 60% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor da avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. **COMISSÃO DO LEILOEIRO –** 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (não incluso no valor do arremate), e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão na conta a ser informada pelo Leiloeiro Oficial. **DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE -** Eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos até a data do leilão serão pagos com o produto da venda, mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa (Art. 130, Par. Único do CTN). Os débitos de natureza hipotecária seguirão o disposto no artigo 1499, inciso VI, do C.C., ou seja, será extinto, desde que o credor tenha sido devidamente notificado/cientificado. O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação do documental, de gravames/credores e de área de responsabilidade do arrematante, que será responsável pelo eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do NCPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data da efetiva praça. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou ainda, pelo telefone (11)2338-0211 e email: **phillips@argoleiloes.com.br**. Para participar acesse **www.argonetworkleiloes.com.br**. Ficam os executados: A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO e demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal ou na pessoa de seus Advogados. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 0088220-63.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo Cesar Fernandes Marinho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Anderson de Araujo dos Santos, CPF 013.241.855-03, e José Lino dos Santos, CPF 068.372.715-04, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 171.001,81, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de janeiro de 2020 B 06 e 07/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015655-44.2018.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláudio Pereira França, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DAYANE VIEIRA, RG. 45.998.987-X, CPF: 385.832.428-01, que Escola Santa Marina Ltda. entidade mantenedora da Escola Santa Marina, ajuizou ação Revisional, para cobrança da quantia de R$ 8.650,85 (novembro de 2018), decorrente de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, firmado pelas partes. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, se silêncio, será nomeado curador especial e dado prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 05 e 06 / 03 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1051039-91.2015.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Fausto Dalmaschio Ferreira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Fernando Sotomayor Bezerra Soares de Azevedo (CPF: 316.042.488-07) e Inair Inês Unibanco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 352.431,73 (janeiro de 2016), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Abertura de Crédito em Conta Corrente (Lib. Limite Rot. para saque P.J - Pré) sob o nº 11372200000574491. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto precedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 316,86, R$ 217,69, R$ 3.677,90 e R$ 510,09. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de janeiro de 2020. 05 e 06 / 03 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1048541-17.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANTONIO CARLOS SANTORO FILHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EXCELENTIA CLINICA ODONTOLÓGICA LTDA, CNPJ 19.056.755/0001-36, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Odontoclinic S/A, objetivando quantia de R$ 67.652,27 (setembro de 2018), representada pelo Contrato de Franquia Empresarial Unibanco Subdistrito Jardim Angela/SP. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, expede-se o EDITAL, para que em 03 dias úteis, a fluir após o prazo supra, pague o débito atualizado, acrescido das cominações legais, caso em que a verba honorária será reduzida pela metade e ficará isenta de custas processuais, a fluir dos 15 dias úteis, facultando aos executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários advocatícios, requerer que o pagamento em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção e juros, sob pena de penhora e avaliação de bens, ficando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revelia nos termos do art. 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de janeiro de 2020. 05 e 06 / 03 / 2020.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005048-51.2016.8.26.0010. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a NILSA MAGALHÃES DE OLIVEIRA, CPF 692.051.408-72, que a ação de Rescisão Contratual c/ c Reintegração de Posse proposta por Clubão Antonio Latrogna, encontra-se em fase de cumprimento de sentença. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO por edital (NCPC, artigo 257, inciso III), para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito exequendo de R$ 764.594,72 (fevereiro/2017), quantia essa que deverá ser corrigida monetariamente (tabela do TJSP) a partir de fevereiro de 2017 e acrescida dos juros de mora legais (1% ao mês) a partir da citação e até o efetivo pagamento, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, § 1º, do NCPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo. 05 e 06 / 03 / 2020

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL PRAZO DE 30 DIAS PROCESSO Nº **1004554-74.2019.8.26.0194** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XV-Butantã,Estado de São Paulo,Dr(a).Paula Lopes Gomes,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) quem possa interessar que nesta Juízo tramita a ação de Inventário e Partilha, em que figura como inventariado Renato Araujo Ferreira Nascimento Manoel e Alexandre Nascimento Manoel,por meio da qual os respectivos indicados intentam alterar o regime de bens do casamento celebrado em 12/03/2020,tendo o(a) falecido(a) Renato Nascimento Manoel,em 734,5 (Pje Cível) anteriormente ao ajuizamento da ação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de fevereiro de 2020. B-6E

Citação/Prazo 20dias Proc.1008719-07.2019.8.26.0011 O Dr. Felipe Albertini Nani Varo, Juiz de Direito da 28ª Vara Cível CentralSP. Faz saber a Wyndness Serviços de Impresa Sc. Ltda (CPF 76.371.880/0001-52, que Aegeas Prado Zuppani Gonçalves ajuizou ação de Execução, para cobrança de R$ 17.910,02 (Fevereiro/2017), referente a cotas condominiais do apto 171, Bloco 2, integrante do condomínio autor. Estando o executada em lugar ignorado, expede-se este Edital de citação para que, em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para precatamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução(nomeado por oficial de justiça). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2020. B6,B6

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº **1007010-40.2017.8.26.0020** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível,do Foro Regional VIII-Nossa Senhora do O,Estado de São Paulo,Dr(a).Claudia Barrichello,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a Campello Serviços Especializados Para Construção Civil S/S Ltda,CNPJ 03.698.782/0001-72, que Condomínio Green Village ajuizou ação de Execução, para cobrança de R$ 17.910,02 (Fev/2017), referente a cotas condominiais do apto 171, Bloco 2, integrante do condomínio autor. Estando o executada em lugar ignorado, expede-se este Edital de citação para que, em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para precatamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução(nomeado por oficial de justiça). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2020. B6,B6

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20(VINTE) DIAS. PROCESSO Nº **1007996-44.2014.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcia Mayumi Okuda Ohno, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) APARECIDO DANIEL, RG.09.941.962-2, CPF 964.765.149, mandado de Citação, Inventário e Partilha, do Paraná em 20 de janeiro de 1953, filho de Lazaro Adanel e Maria das Dores Daniel, herdeiro de sua ex-cônjuge, JURDARA NICOLAU DE SOUZA DANIEL, réus em lugar incerto e terceiros interessados, que nos autos da ação de Inventário e Partilha dos bens deixados pelo falecimento de DIBRATAN NICOLAU DE SOUZA, CPF 856.241.798-04, Juquina Nicolau de Souza DANIEL, CPF 000.267.788.789-30, Amélia Nicolau de Souza CPF 142.436.978-02 e Geraldina de Souza, CPF 327.213.078-00, Rosimeire Gonçalves dos Santos CPF 142.437.008-69, movidos por SONIA MARIA DE SOUZA MUNIER. Estando herdeiro em lugar ignorado, expede-se edital de citação, para que em 15 dias a fluir do prazo supra, querendo, ofereça sua defesa, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B6,B6

8ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL I – SANTANA

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0037930-89.2011.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **VALDIMIR DOMICIANO LOPES**, CPF nº 014.023.578-77, que lhe foi proposta uma ação de cobrança, de procedimento comum por parte de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**, objetivando a cobrança da quantia de R$ 9.776,74 (07/04/2011), referente às mensalidades do Plano de Saúde - Cabesp Família, dos meses de dezembro/2003 e janeiro/2004. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado, nesta cidade de São Paulo, aos 30 de outubro de 2019.

Usina Açucareira Furlan S/A

CNPJ nº 56.723.257/0001-26 - NIRE 35300035992

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 12/03/2020, às 09:00 hrs., em sua Sede Social na Rodovia Luiz de Queiroz (SP 304), km 143,5, Bairro Alambari, CEP 13450 970, Cidade de Santa Bárbara d´Oeste/SP., a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Aceitação da renúncia do Conselheiro Independente Tereza Cristina Peixoto, brasileira, solteira, engenheira agrônoma, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 46, apto. 83 - Brooklin Paulista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade RG/SSP/SP nº 5.971.768-3, inscrita no CPF/MF sob o nº 015.935.948-10, conforme Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Santa Bárbara d´Oeste/SP., 03/03/2020. Damerson Evandro Furlan. (04-05-06)

Agro Peculiar Furlan S/A

CNPJ nº 56.728.058/0001-00 - NIRE 35300036042

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 12/03/2020, às 14:00 hrs., em sua Sede Social na Fazenda Bom Jesus, s/nº, Bairro Alambari, CEP 13450 970, Cidade de Santa Bárbara d´Oeste, Estado de São Paulo, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Aceitação da renúncia do Conselheiro Independente Tereza Cristina Peixoto, brasileira, solteira, engenheira agrônoma, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 46, apto. 83 - Brooklin Paulista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade RG/SSP/SP nº 5.971.768-3, inscrita no CPF/MF sob o nº 015.935.948-10, conforme Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Santa Bárbara d´Oeste/SP., 03/03/2020. Damerson Evandro Furlan. (04-05-06)

Agro Nova Geração S/A

CNPJ nº 09.296.683/0001-40 - NIRE 35300348117

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 11/03/2020, às 09:00 hrs., em sua Sede Social na Rodovia Presidente Castelo Branco, km 259, Fazenda Candido do Rio Pardo, s/nº, CEP 18702 310, Cidade de Avaré/SP., a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Aceitação da renúncia da Conselheira Independente Tereza Cristina Peixoto, brasileira, solteira, engenheira agrônoma, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 46, apto. 83 - Brooklin Paulista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade RG/SSP/SP nº 5.971.768-3, inscrita no CPF/MF sob o nº 015.935.948-10, conforme Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Avaré/SP., 03/03/2020. Damerson Evandro Furlan. (04-05-06)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1123640-90.2016.8.26.0100. O Doutor Guilherme Madeira Dezem, MM. Juiz de Direito da 44ª Vara Cível, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o)**Victor Costa Bastos**, CPF 097.796.511-13, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Banco Itaucard S.A. alegando em síntese, que na data de 17/12/14, as partes celebraram Cédula de Crédito no valor de R$ 30.410,00, sob o nº 304.0 40332076Ø, através da qual foi alienado fiduciariamente o veículo marca Chevrolet, modelo Captiva SportWD 2.4, cor preta, ano 2011, placa OCC3495, chassi 3GNAL7EC5BS566026. Ocorre que o réu deixou de pagar a parcela nº 18, acarretando o vencimento antecipado da dívida e, por ele ocasionado, a apreensão/busca do veículo acima descrito, em 01/11/2017. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de janeiro de 2020. 05 e 06 03

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1060956-29.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Alexandre Teixeira da Silva, CPF 931.397.836-53, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Money Plus Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda, objetivando a cobrança da quantia de R$ 313.710,32 (outubro/2019), referente ao inadimplemento da Cédula de Crédito Bancário nº 911397836. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para em 03 dias efetuar o pagamento integral da dívida atualizada, acrescido de seu valor dos honorários advocatícios sem redução, ou efetuar o depósito de valor incontroverso (suficientes) a penhora, sob pena de penhora de bens e sua avaliação, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer embargos, ambos a fluir após o prazo de 20 dias desta edital. No prazo para embargos, poderá o executado requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 916, do CPC. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de fevereiro de 2020. 05 e 06.03

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0059195-43.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Cristiane Cristina Ferreira Gaichi (CPF: 296.822.578-62), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo - Pompéia, foi julgada parcialmente procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 23.636,08 (agosto de 2019), atualizada e acrescida, em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Decorrido o prazo supra, se silêncio, será nomeado curador especial e dado prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 05 e 06 / 03 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1049537-83.2016.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CARLOS EDUARDO PRATAVIERA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Vera Lucia Fernandes (CPF: 024.238.409-93) e Ana Cláudia Chimanski (CPF: 080.027.848-06), que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Especial, objetivando a quantia de R$ 5.693,53 (abril de 2016), representada por Contrato de Seguro Saúde na modalidade PME Pequena e Média Empresa Apólice 19580. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, acrescido de seu valor dos honorários, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. 05 e 06 / 03 / 2020

Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº 0155183-09.2010.8.26.0100. O Dr. Guilherme Ferfoglia Gomes Dias, Juiz de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz saber a(o) Jorge Luis Maria da Silva (CPF: 086.598.778-06), que lhe foi proposta uma ação de Rotarianos de São Paulo, entidade mantenedora das Faculdades Integradas Rio Branco lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 11.098,81 (janeiro de 2011), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida nº 5476. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de janeiro de 2020. 05 e 06 / 03 / 2020.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0023989-53.2019.8.26.0007 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniela Carla Russo Greco de Lemos, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Q.L. Santos Produções Fotográficas Lilas - Epp, CNPJ 16.973.895/0001-80, na pessoa de seu representante legal, que nos autos da Ação Monitória, proposta por Banco Santander (Brasil) S/A, foi convertido o mandado de citação em executação, para que pague a quantia de R$ 159.171,88 (set/2019), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. B 06 e 08/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1017685-89.2017.8.26.0007 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Celso Mazitel Neto, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Lauriavalmo Comércio Ltda (CNPJ 61.142.688-0) e Lauriavalmo Leonardo Barreiro Silva ME (CNPJ 01.476.737/0001-44), na pessoa se seu representante legal, que Vanor Barreiros, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 150.637,10 (junho/2019), referente a verba do contrato de honorários advocatícios. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, atualizadas, prazos estes que começão a fluir após o 30 dias supra, sob pena de o fazendo, ser convertido em penhora o arresto efetuado no rosto dos autos nº 0005427-64.2017.8.26.0007, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera, até o limite do crédito de R$ 150.637,10 (junho/2019), presumindo-se aceitos os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 26 de fevereiro de 2020. B 06 e 07/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018201-66.2016.8.26.0100. O Doutor Guilherme Madeira Dezem, MM. Juiz de Direito da 44ª Vara Cível, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o)**Victor Costa Bastos**, CPF 097.796.511-13, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Banco Itaucard S.A. alegando em síntese, que na data de 17/12/14, as partes celebraram Cédula de Crédito no valor de R$ 30.410,00, sob o nº 304.0 40332076Ø, através da qual foi alienado fiduciariamente o veículo marca Chevrolet, modelo Captiva SportWD 2.4, cor preta, ano 2011, placa OCC3495, chassi 3GNAL7EC5BS566026. Ocorre que o réu deixou de pagar a parcela nº 18, acarretando o vencimento antecipado da dívida e, por ele ocasionado, a apreensão/busca do veículo acima descrito, em 01/11/2017. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de janeiro de 2020. 05 e 06 03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1021885-23.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANTONIO CARLOS SANTORO FILHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao réu **ELIAS DA SILVA FRANCA**, CPF 818.795.858-68, que foi proposta uma ação de **PROCEDIMENTO COMUM DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA**, na qual também são réus JOSÉ DAS GRAÇAS ANTUNES TEIXEIRA E OUTROS, objetivando que seja outorgada a escritura de compra e venda do imóvel Rua Claudio Luiz Teixeira de Oliveira, nº 89, com área de 300,00m², e 15.867 do 11º CRI-SP; a condenação dos requeridos no pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de dezembro de 2019. B 06 e 07/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 1040199-88.2017.8.26.0100 A MM. Juiza de Direito da 44ªVara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Anna Paula Dias da Costa, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que virem ou tomarem conhecimento do presente edital de INTIMAÇÃO do executado a THIAGO AUGUSTO TESSER, brasileiro, divorciado, publicitário que, por este Juízo e respectivo Cartório, processa-se a Execução de Título Extrajudicial, que lhe move Digg Permesar. Estando o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO, por edital. DA PENHORA realizada sobre os direitos que o mesmo possui sobre o bem imóvel de Matrícula nº 93.908 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo-SP (Apartamento nº 43, 4º andar do Edifício Modular Sigma, Bloco II, situado na Rua Cardoso Ayres, 321, no 19º Subdistrito - Perdizes, com área total de 142,99m², correspondente-lhe a fração ideal de 1,850% no terreno), através de Termo de Penhora expedido nos presentes autos em fls 176. Fica por meio deste intimado de seu inteiro teor para, se o caso, oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo do presente edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 06 e 07/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1021885-23.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANTONIO CARLOS SANTORO FILHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao réu **ELIAS DA SILVA FRANCA**, CPF 818.795.858-68, que foi proposta uma ação de **PROCEDIMENTO COMUM DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA**, na qual também são réus JOSÉ DAS GRAÇAS ANTUNES TEIXEIRA E OUTROS, objetivando que seja outorgada a escritura de compra e venda do imóvel Rua Claudio Luiz Teixeira de Oliveira, nº 89, com área de 300,00m², e 15.867 do 11º CRI-SP; a condenação dos requeridos no pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de dezembro de 2019. B 06 e 07/03

EDITAL PARA CITAÇÃO DE CRESO SUERDIECK DOURADO, EXPEDIDO NOS AUTOS DA AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO POR INADIMPLEMENTO CONTRATUAL REQUERIDA POR SOMEYR ALVES DE OLIVEIRA. PROCESSO Nº 1008884-72.2018.8.26.0003. Prazo: 20 (vinte) dias. O Doutor Marcel Tertuliano Júnior, MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, na forma da lei **FAZ SABER** a **CRESO SUERDIECK DOURADO** e demais quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que **JOSMEYR ALVES DE OLIVEIRA**, ajuizou a presente ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO POR INADIMPLEMENTO CONTRATUAL**, em data de 12/08/2018, objetivando a condenação dos requeridos na obrigação de transferir o 6 do imóvel situado na Rua Rondo D'agua, bairro Ilinga, Joinville, SC, com matrículas de números 21.726 e 15.064 livre de ônus, por deterioração no montante devido de R$ 832.000,00 (setembro de 2018) e multa de 2% sobre o valor de R$1.000,00 bem como honorários advocatícios, dando o valor da causa em R$ 962.000,00. Estando o requerido em lugar ignorado, expede-se o presente edital, para que em 15 dias, fluindo após o prazo do edital, para que contesta a ação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de dezembro de 2019

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para intimação da requerida **SILVANA FRAGA DOS SANTOS, CPF Nº 186.371.998-76, do credor hipotecário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ Nº 00.360.305/0001-04, e demais interessados**, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença **CONDOMÍNIO MARINA PARK, CNPJ Nº 03.546.737/0001-00, Processo nº 0009611-41.2018.8.26.0003**. A Dra. Alessandra Lapenuta Nascimento, Juíza de Direito, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Jabaquara, na forma da Lei, etc... **FAZ SABER** aos que o presente edital de 1º e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessarem, que: **DA PENHORA**, do art. 879, II, do NCPC, Portaria Conjunta TJSP nº 1625/2009, atrayés do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.tendonline.com.br/ sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Guimarães, foi penhorado o bem: Apartamento nº 431, no dia 08/03/2021, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 12/03/2020, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), sendo que, em não havendo licitantes, abre-se a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da 1ª primeira, e se encerrará no dia 02/04/2020, às 15:00 horas, para o 2º lance, ocasião em que os interessados serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 70% da avaliação atualizada. Nos termos do art. 889, I do CPC, pelo presente edital, fican cientificados os executados, os credores e interessados se não intimados pessoalmente, da penhora do imóvel. **CONDIÇÕES DE VENDA: DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser por intermédio do sistema eletrônico do gestor www.tendonline.com.br e imediatamente disponibilizados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real dás ofertas. Não será admitido sistema no qual os

Rubens Barrichello repete dupla com português Filipe Albuquerque

Na contagem regressiva para o início de sua oitava temporada na Stock Car ao lado da equipe Mobil Full Time Sports, o piloto Rubens Barrichello anunciou na quarta-feira (4) o português Filipe Albuquerque como seu companheiro nos 200 Km de Goiânia, prova que abrirá a temporada 2020 da principal categoria brasileira no dia 29 deste mês.

Os dois já dividiram o cockpit do Stock Car #111 na Corrida de Duplas de 2018, em Interlagos, quando largaram da terceira posição e foram ao pódio em segundo lugar. Foi a etapa inaugural da temporada daquele ano e a primeira de Barrichello após o acidente vascular cerebral (AVC) que o piloto sofreu em janeiro do mesmo ano. Por isso, a conquista foi marcada por muita emoção.

"Eu tinha acabado de sair do hospital e fomos muito competitivos. Rimos, choramos juntos e foi um fim de semana fantástico", lembrou o campeão da Stock Car de 2014, que segue com o patrocínio da Mobil e ALE Combustíveis.

"Além de um grande piloto, o Filipe se tornou um grande amigo. Tê-lo novamente no #111 será um grande prazer e não vejo a hora de corrermos juntos", completou Barrichello, de 47 anos.

Foto/Carlson Horst

Filipe *Albuquerque (esq) e Rubens Barrichello no pódio em 2018*

Com um título, 13 vitórias, nove poles e o total de 34 pódios na Stock Car, Barrichello inicia mais uma temporada na principal categoria nacional e agora com uma novidade: ele será um dos oito pilotos do grid a representar a Toyota Gazoo Racing no Brasil.

Aos 34 anos, Albuquerque fará sua segunda prova na Stock Car. O piloto vive uma grande fase. Lidera o Campeonato Mundial de Endurance (FIA WEC) na categoria LMP2, realizou testes na F-E recentemente e antes da corrida no Brasil disputará as 12 Horas de Sebring pelo IMSA WeatherTech SportsCar Championship e as Mil Milhas de Sebring pelo FIA WEC.

Na carreira, coleciona importantes conquistas. Foi campeão das 24 Horas de Daytona em 2013 na categoria GT e, em 2018, no geral. Também já venceu o Campeonato Norte-americano de Endurance (2017), a Corrida dos Campeões (2010) e tem títulos na Fórmula Renault Eurocup e Fórmula Renault 2.0 NEC (2006).

"Estou muito contente com o convite da Full Time e do Rubinho. Corri com a equipe em 2018 e adorei, além do bom resultado que tivemos na pista", comentou o português.

"Esta corrida da Stock Car é muito competitiva e correr ao lado do Rubens, que hoje em dia considero um grande amigo, é ainda melhor. Mal posso esperar para estar no Brasil", finalizou Albuquerque.

Confira o calendário 2020 da Stock Car:

29/03 – Goiânia (GO) – 1ª etapa (Corrida de Duplas); 12/04 – Velopark (RS) – 2ª etapa; 17/05 – Londrina (PR) – 3ª etapa; 31/05 – Interlagos (SP) - 4ª etapa; 28/06 – Velo Città (SP) – 5ª etapa; 19/07 – Santa Cruz do Sul – 6ª etapa; 23/08 – Interlagos (SP) – 7ª etapa (Corrida do Milhão); 13/09 – Londrina (PR) – 8ª etapa; 18/10 – Cascavel (PR) – 9ª etapa; 08/11 – A Confirmar – 10ª etapa; 22/11 – Goiânia (GO) – 11ª etapa; 13/12 – Interlagos (SP) - 12ª etapa (Super Final).

Enzo Vidmontiene disputa final do Florida Winter Tour em busca de vitória

Foto/Divulgação

Enzo *Vidmontiene*

Destaque brasileiro no kartismo americano, o jovem Enzo Vidmontiene disputará a terceira e última etapa do Florida Winter Series neste final de semana. A competição será em São Petersburgo, na Flórida, e o piloto brasileiro vai acelerar na categoria Mini. Enzo vem de boas corridas escalando pelotões na etapa passada e foi destaque também na abertura do campeonato quando liderou parte da corrida final.

"Nós fizemos boas corridas nas duas primeiras etapas do Florida Winter Tour e a vitória quase veio. Vamos seguir trabalhando nos treinos desta semana para podermos disputar a vitória nas classificatórias e também na final aqui no circuito de Tropicana Field, uma pista em que vou fazer minha estreia", diz Vidmontiene, que foi segundo colocado na Pré-final da etapa de abertura.

Campeão brasileiro de kart em 2018, Vidmontiene se mudou para os EUA na sequência e passou por um período de adaptação para em 2019 começar a colecionar vitórias e pódios. O piloto de apenas 9 anos conseguiu o título do Sunshine State Karting Challenge no ano passado e vem com novidades para 2020 com novo chassi, motor e equipe. Enzo mostrou uma rápida adaptação aos novos equipamentos para seguir buscando mais conquistas.

"Vamos continuar trabalhando bastante para seguirmos com muita velocidade, assim como estávamos na etapa de abertura. A estrutura da equipe é muito boa e tenho recebido todo o suporte necessário para evoluir e disputar vitórias", diz Enzo, que é integrante da equipe U-Race e corre com chassi da Compkart.

Os treinos oficiais em São Petersburgo começaram na quinta-feira e a final da categoria Mini Rok será no domingo (8).

Gabriela Muniz, promessa da marcha, disputa o Sul-Americano de Lima

Brasiliense, qualificada para o Mundial de Minski, na Bielorússia, segue nesta sexta-feira para a capital peruana ao lado de outros 23 atletas. Aos 17 anos, é bicampeã brasileira da categoria Sub-20

A Seleção Brasileira de marcha atlética viaja na manhã desta sexta-feira (6) para Lima, no Peru, onde disputará o Campeonato Sul-Americano da modalidade no domingo (8). A delegação segue com 24 atletas – 12 homens e 12 mulheres. Uma das maiores promessas da equipe é a brasiliense Gabriela de Souza Muniz (CASO-DF), de apenas 17 anos, que vai competir na categoria Sub-20.

A atleta confirmou sua condição especial ao conquistar o bicampeonato da Copa Brasil Caixa, em fevereiro, no circuito montado na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. completando os 10 km em 53:29. Foi o quarto título de Gabriela, que já foi duas vezes campeã do Sub-18.

"Ela tem talento, é uma atleta especial, que treina muito e gosta muito de marchar", comentou o treinador João Sena, que é pai de Caio Bonfim, o melhor atleta da modalidade da história, que também competirá em Lima.

Única qualificada no Sub-20 para o Mundial de Minsk, na Bielorússia, em maio, ela sonha alto no esporte. "Tenho objetivo de divulgar a marcha, de mostrar que a modalidade é muito importante. E para isso quero representar o Brasil nas Olimpíadas e em Mundiais. Venho de uma família humilde, mas contei com o apoio de meus pais", comentou a atleta, que treina de segunda-feira a sábado no CASO, em Sobradinho (DF).

Ela obteve o índice para o Mundial de Minsk, no ano passado, ao competir no tradicional GP de La Coruña, na Espanha, quando conseguiu a marca de 49:23 – recorde brasileiro.

"Comecei no atletismo muito pequena e não gostava da marcha. Fazia corrida, velocidade e fundo, mas os treinadores sempre me disseram que eu entrava nas provas com o calcanhar. Aí fui encaminhada para a marcha e gostei", disse Gabriela, que é treinada também por Gianetti Bonfim.

"Estou muito animada e treinando muito bem para o Sul-Americano. Quero cada vez melhorar minha técnica e meus resultados", afirmou a marchadora, que mora em Paranoá, em Brasília. "Quero muito disputar provas importantes como a de Rio Maior, em Portugal, e de La Coruña, novamente."

Gabriela e os outros 23 atletas brasileiros seguem para Lima no voo AV 916, da Avianca, que tem decolagem prevista para as 6 horas desta sexta no Aeroporto Internacional de Guarulhos.

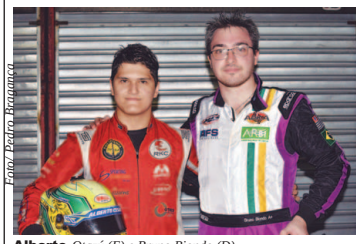
A competição vai ser realizada no mesmo circuito de 1 km dos Jogos Pan-Americanos de Lima-2019, na Avenida José Larco, em Miraflores.

Foto/Wagner Carmo

Caio *Bonfim*

Kartismo: Alberto Otazú vence primeira etapa da F4 Akasp

Alberto Otazú/Rogério Cebola lideram campeonato, seguidos de Bruno Biondo/Arnaldo Biondo


Foto/Pedro Bonança

Alberto *Otazú (E) e Bruno Biondo (D)*

O longo campeonato de F-4 da Associação de Kart Amador de São Paulo (Akasp) começou com a vitória de Alberto Otazú (Pailler Racing/Bianchi Automóveis/Cardoso Funilaria e Pintura/No Fire Services/Speed Truck/Rolley Ball/AVSP). Na última quarta-feira o atual vice-campeão superou o campeão Bruno Biondo (Arbi) no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP), por apenas um segundo, o que mostra que esta temporada de 40 etapas será novamente muito disputada. Em terceiro ficou Otávio Lotfi.

"Vencer o Bruno (Biondo) nunca é fácil, ele é um dos melhores pilotos que conheço", admitiu o vencedor. "Estou contente em começar a temporada que será dificílima na frente e dedico esta vitória ao dono do kart e meu parceiro Rogério Cebola", comemorou Otazú.

Para a primeira etapa do certame da Akasp foi realizada uma tomada de tempos de apenas três minutos, em que Bruno Biondo garantiu a pole position, seguido de Giovani Bondança e Alberto Otazú. Ainda na primeira volta Otazú assumiu a segunda colocação depois de boa briga com Bondança por diversas curvas. Mas esta disputa permitiu que Biondo abrisse um segundo e meio de vantagem.

Aos poucos Otazú foi diminuindo a diferença para o líder, até efetuar a ultrapassagem na Curva do Coqueiro, no complemento da décima passagem. Os dois permaneceram juntos na maior parte da corrida, mas nas últimas voltas o vencedor abriu uma pequena vantagem sobre Biondo. Otávio Lotfi largou da sétima posição na fila indiana, foi fazendo as ultrapassagens com paciência, e mostrando que compreendeu bem a performance dos novos pneus italianos Lecont, no antepenúltimo giro ainda estabeleceu a melhor marca da prova, para garantir tranquilamente a terceira colocação.

A quarta posição foi definida apenas na última volta, que iniciou com Carlos Santana na frente, assediado por Bondança e Hélio Bianchi. A disputa entre eles foi intensa, e na bandeirada de chegada Giovani levou vantagem, seguido de Hélio e Carlos.

A segunda das 40 etapas será já no dia 9/3 (segunda-feira), novamente no Kartódromo Granja Viana, com os cinco primeiros desta prova inicial largando em posições invertidas.

O campeonato da Akasp é composto por cinco turnos, com oito etapas cada. A decisão do certame sempre fica para o turno final, que começa com a pontuação recalculada depois das bonificações ao fim das 32 primeiras etapas. O certame de F-4 é disputado com karts Mega dos próprios pilotos, mas acertos de chassi fixos, equipados com motor Honda GX 390, de 18 hp, equalizados e sorteados pela MFS Racing. A novidade desta temporada é a utilização dos pneus Lecont.

Resultado da primeira etapa da F-4 da Akasp: 1) Alberto Otazú/Rogério Cebola, 29 voltas em 20min06s874; 2) Bruno Biondo/Arnaldo Biondo, a 1s100; 3) Otávio Lotfi, a 3s880; 4) Giovani Bondança, a 10s944; 5) Hélio Bianchi, a 11s053; 6) Carlos Santana, a 11s473; 7) Alexandre Albino, a 15s351; 8) Emílio Di Bisceglie/Bruno Biondo, a 15s794; 9) Heraldo Brasil, a 26s984; 10) Luiz Reche, a 28s477.

Reveja a primeira etapa da F-4 Akasp no canal do youtube Kart Amador SP: https://www.youtube.com/watch?v=CKkawacin7U

Alberto Cesar Otazú tem o apoio de Autódromo Virtual de São Paulo (AVSP), Bianchi Automóveis, Cardoso Funilaria e Pintura, No Fire Services, Rolley Ball, Speed Truck, Pailler Racing. O jovem apoia as ações da Associação Cruz Verde, Direção para a Vida e Rotary Club Ponte Estaiada. Visite www.akasp.com.br

Gaia Securitizadora S.A. CNPJ 07.587.384/0001-30

Relatório da Administração

GAIASEC

Apesar de fundada no ano de 2005, a Gaia Securitizadora S.A. ("GaiaSec") tomou-se operacional somente em 2009, quando da entrada de novos sócios e executivos na empresa, que tinham a missão de estruturar operações financeiras dentro dos segmentos de atuação, sempre de forma ágil e eficaz ". Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado. Investidores, mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia mais comum de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a quenta relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passa não só ser uma fonte de financiamento e capital de giro das companhias, como também a avaliar e recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram emitidos R$ 2.005.582 (dois bilhões, cinco milhões quinhentos e oitenta e dois mil reais) em certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. O maior objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a Companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras existentes. Seguimos nossos ideais em um ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("CVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2019, a Mazars Auditores Independentes, ou quaisquer partes relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou a GaiaSec e/ou às demais Companhias pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 2019.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.473	1.497
Aplicações financeiras	6	550	680
Contas a receber	7	250	284
Impostos a recuperar	8	147	290
Total do ativo circulante		**3.421**	**2.751**
Não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Imobilizado	9	21	28
Total do ativo não circulante		**21**	**28**
Total do ativo		**3.442**	**2.779**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019	2018
Circulante			
Contas a pagar	10	33	22
Obrigações tributárias	11	60	100
Partes relacionadas	19	37	35
Dividendos a pagar	13	199	-
Total do passivo circulante		**329**	**157**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo:			
Outras obrigações a pagar	12	1.733	1.722
Total do passivo não circulante		**1.733**	**1.722**
Patrimônio líquido	**13**		
Capital social		699	699
Reserva legal		52	10
Reserva de lucros		629	181
Total do patrimônio líquido		**1.380**	**890**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.442**	**2.779**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de prestação de serviços	14	1.502	1.359
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(815)	(1.224)
Outras receitas operacionais	15	256	246
Total		**(559)**	**(978)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**993**	**(335)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	338	771
Despesas financeiras	17	(21)	(23)
Resultado financeiro líquido		**317**	**748**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.310**	**413**
Imposto de renda e contribuição social	**18**	**(430)**	**(163)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**871**	**250**
Média ponderada das ações no fim do exercício		**699**	**699**
Lucro líquido básico e diluído por ações do capital social no fim do exercício - R$		**1,2461**	**0,3577**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**871**	**250**
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	**871**	**250**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

12. Outras obrigações a pagar

	2019	2018
IRRF a restituir (a)	1.722	1.722
Total	**1.722**	**1.722**

(a) Referem-se ao montante a ser restituído pela Companhia do imposto de renda retido na fonte sobre a rentabilidade das aplicações financeiras registradas no patrimônio separado referente às operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRIs.

13. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R$ 699 (R$ 699 em 2018) dividido em 699.012 ações ordinárias nominais, sem valor nominal, sendo todas já são integralizadas. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	Ações ON %	2019	Ações ON %	2018
Gaiasec Securitizadora Financeira Ltda.	99,98%	699.011	99,98%	699.011
Outros (a)	0,01%	1	0,01%	1
Capital subscrito	**100%**	**699.012**	**100%**	**699.012**

(a) Referem-se a participação do sócio João Dos Santos Pacífico. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva estatutária:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas será assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2019, houve distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$ 181 (cento e oitenta e um mil reais) e a provisão de dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto social de R$ 199 (cento e noventa e nove mil reais). **Lucro básico por ação:** De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil Conforme, o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social, conforme demonstrado abaixo.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	871	250
Média ponderada do número de ações durante o exercício	699	699
Lucro básico e diluído (R$)	1,2461	0,3577

14. Receita líquida de prestação de serviços: A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia em 31 de dezembro 2019 e de 2018 encontram-se demonstradas a seguir:

	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviço	1.731	1.440
Tributos Indiretos (PIS, COFINS e ISS)	(229)	(81)
Receita líquida de prestação de serviço	**1.502**	**643**

15. Outras receitas operacionais: A composição das outras receitas operacionais referem-se exclusivamente ao valor arrecadado pela recuperação de custo pelo serviço de banco liquidante, cobrado da Companhia pela instituição financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 encontra-se demonstrada a seguir:

	2019	2018
Taxa de registro de pagamentos	256	246
Receita líquida de Prestação de Serviço	**256**	**246**

(a) Refere-se a taxa de registro de pagamentos das operações que incidem quando há eventos de pagamentos de recebíveis.

16.Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal	(233)	(161)
Despesas com serviços de pessoas jurídicas (a)	(166)	(53)
Despesas com utilidades e serviços	(62)	(12)
Despesas de ocupação (b)	(68)	(65)
Associações	(65)	(34)
Despesas com anúncios e publicações/marketing	(60)	(74)
Despesas tributárias (c)	(39)	(443)
Taxas	(14)	(18)
Perdas com operações	(17)	(123)
Despesas com depreciações e amortizações	(7)	(8)
Outras	(39)	(126)
	(815)	**(1.224)**

(a) refere-se substancialmente a serviços de consultoria contábil e jurídica, auditoria, entre outros. (b) Refere-se substancialmente aluguel de escritórios e condomínio. (c) Referem-se substancialmente a IOF sobre cambio.

17. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos, e das despesas financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 encontram-se demonstradas a seguir:

	2019	2018
Juros sobre aplicação financeira	338	771
Despesas financeiras	(21)	(23)
	317	**748**

18. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, encontra-se demonstrado a seguir:

Descrição	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.310	413
(-) Adições/ exclusões permanentes	50	50
Lucro Real/Base de cálculo	**1.360**	**550**
(x) Alíquota de alíquota do IRPJ 15%	(203)	(82)
(x) Alíquota de alíquota do IRPJ 10%	(114)	(31)
(x) Alíquota de alíquota do CSLL 9%	(112)	(50)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(430)**	**(163)**
Alíquota efetiva	**33,51%**	**39,42%**

19. Partes relacionadas: (a) Participação acionária: A Companhia é controlada direta da sócia Sec Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2019, possui participação de 99,99% do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas:** A Companhia contratou o Banco Daycoval S.A. (filiamento de contratos de operações bancárias e fundos de investimentos, e das despesas financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 encontram-se demonstradas a seguir:

	2019	2018
Juros sobre aplicação financeira	338	771
Despesas financeiras	(21)	(23)
	317	**748**

20. Remuneração de pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração, que contemplada a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, para o exercício de 2019, foi estabelecida em R$ 0 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2018) e inclui honorários pagos mensalmente, remuneração anual a título de bônus por desempenho, encargos sociais incidentes sobre essas verbas e benefícios equivalentes àqueles disponibilizados para os demais funcionários. Não se refere a remuneração fixa, os honorários de administradores foram estabelecidos na Reunião do Conselho de Administração realizada 22 de março de 2019, no montante global de R$ 12 (R$ 11 em 31 de dezembro de 2018), englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**871**	**250**
Ajuste para		
Depreciação	7	8
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	130	143
Contas a receber	28	559
Impostos a recuperar	148	(12)
Obrigações tributárias	(40)	85
Contas a pagar e outras obrigações	12	2
Partes relacionadas	2	(4)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.158**	**1.031**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(182)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(182)**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**976**	**1.031**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.497	466
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.473	1.497
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**976**	**1.031**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Receitas	**1.987**	**970**
Receita bruta de prestação de serviço	1.731	724
Outras receitas	256	246
Insumos adquiridos de terceiros	**(536)**	**(612)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(536)	(612)
Valor adicionado bruto	**1.451**	**358**
Depreciação	**(7)**	**(8)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.444**	**350**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	338	771
Valor adicionado total a distribuir	**1.782**	**1.121**
Distribuição do valor adicionado	**1.782**	**1.121**
Pessoal	**233**	**160**
Remuneração direta	232	157
Outros	1	3
Impostos, taxas e contribuições	**657**	**688**
Federais	570	652
Municipais	87	36
Remuneração de capital de terceiros	**21**	**23**
Juros	21	23
Remuneração de capital próprios	**871**	**250**
Lucros/prejuízos retidos	871	250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Reserva de lucros	Reserva legal	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	13	699	(59)	-	10	640
Lucro do exercício		-	250	-	-	250
Constituição de reserva legal		-	(10)	-	10	-
Constituição de reserva de lucros		-	(181)	181	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13	699	-	181	10	890
Lucro do exercício		-	871	-	-	871
Constituição de reserva legal		-	(42)	-	42	-
Distribuição de dividendos		-	(381)	-	-	(381)
Constituição de reserva de lucros		-	(448)	448	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13	699	-	629	52	1.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

21. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros: As aplicações financeiras da Gaia Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários - CDB pois fundos, fundos de investimento e CRI. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro 2019 e 2018, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Riscos de mercado:** Inclui-se também a possibilidade de perda por oscilação de taxas, desvanecimento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em instrumentos financeiros ativos, o risco é minimizado pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm o mesmo prazo dos ativos que compõem o lastro. **Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia e/ou com os investidores dos títulos emitidos pela Companhia e/ou pela redução ou supressão de ganhos ou perdas em instrumentos financeiros, decorrentes de uma deterioração das classificações de crédito dos tomadores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a preservação dos disponíveis e a busca de aplicações com adequada classificação de risco. **Risco de liquidez:** Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos ativos e pagamentos dos passivos financeiros e demais obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo devedor dos títulos em Circulação. A Companhia é investidor em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Certificados de Recebíveis Imobiliários, indexados a taxas de juros e Fundo de Investimento Aberto - DI este indexado as variações do CDI, portanto variações nas taxas de mercado podem refletir no valor de cota da Companhia. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

22. Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não dispõe de suas companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários, certificados de recebíveis imobiliários e cotas de fundos de investimentos e estão registrados pelo valor de custo, acrescido de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras. Em 31 de dezembro 2019 e 2018, a Companhia possuía um montante de R$ 550 (R$ 680 em 31 de dezembro de 2018, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição efetiva na data base 31 de dezembro de 2019, foram elaboradas simulações diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 27 de dezembro de 2019, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 4,50% a.a. A partir da variação das taxas prováveis foi calculado o percentual de deterioração para o SELIC e/ou taxa referenciada (variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalculou-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 3,38% a.a 2,25% a.a. Para cada cenário, foi calculado um "excelente financeiro bruto", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias anuais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2019:

Operação	Posição em 2019	Fator de risco	Cenário I 25% menos	Cenário II 50% menos
Aplicação financeira	3.023	CDI	4,50%	2,25%
Receita projetada			136	102

23. Demonstrações financeiras - fiduciário: Em 01 de agosto de 2018 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Instrução Normativa nº 600 que dispõe sobre o regime das Companhias de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), onde foram criadas regras específicas para as Securitizadoras que emitem este tipo de papel. Entre o rol de regras está a elaboração das demonstrações financeiras para as operações que são emitidas sob o regime das Companhias de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), onde a Emissora a instituição do regime fiduciário. Todas as operações da Companhia possuem regime fiduciário, portanto todas as operações serão auditadas e terão suas respectivas demonstrações financeiras publicadas no site da Emissora, conforme os prazos legais estabelecidos. Desta forma as informações financeiras antes publicadas nesta nota serão publicadas no site da Companhia para consulta dos interessados.

24. Cobertura de seguros (não auditada): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

A DIRETORIA **Aline Aparecida de Lima Santos** - Contadora - CRC nº 1SP301316/O-3

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.684.188 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 267.616.939-61, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Minister, Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Lucas Drummond Alves, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11900577 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 070.219.596-05, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Minister, Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.384/0001-30, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.389.149 ("Companhia"), DECLARA, para todos os fins e efeitos, que: (i) Revisam, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018; e (ii) Revisam, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2019. São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Gaia Securitizadora S.A. - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada *"Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"* Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional dos Profissionais emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Controles sobre a existência e valorização dos recebíveis que lastreiam as debentures da Companhia: Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia mantém registrado direitos de debêntures emitidas pela Companhia. Devido a relevância dos saldos de debêntures que embasam as suas operações, as quais têm são emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de debêntures tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira das debêntures emitidas aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos as correspondentes debêntures. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento das debêntures em conexão a sua liquidação. Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa dos direitos creditórios, demandamos esforços na auditoria incluindo o trabalho de análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais relevantes exercidos pela Companhia para garantir a existência e adequada valorização desses ativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros; (ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; (iii) recálculo do valor presente dos direitos de créditos, em base de amostras.
Outros assuntos: *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos a ocorrência de outras informações com distorção relevante, nos cabe reportar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil, a menos que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar a cessação das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos, avaliamos se existe razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria adequados a essas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos nossa auditoria sem ressalvas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente as informações das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, bem como as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram de maior significância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituíram os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro da sua perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

MAZARS São Paulo, 26 de fevereiro de 2020
Mazars Auditores Independentes Cleber de Araujo
CRC 2SP023701/O-8 Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1001470-42.2018.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláudia Barichello, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Adriana Fátima de Oliveira (CPF 400.374.918-90), que Cruz Azul de São Paulo Re ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 9.868,30 (Janeiro/2017), decorrente da Nota de Serviço nº 322596 e Conta de Serviços Médico/Hospitalares nº 000171414928. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2020. 05 e 06 / 03 / 2020

Hidrovias do Brasil S.A. – Companhia Aberta - CNPJ/MF 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 06 de Março de 2020
A **Hidrovias do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 1º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ação"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 06/03/2020, às 09:00 horas, na sede da Companhia, para examinarem, discutirem e votarem a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2019; **(ii)** Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2019; **(iii)** Deliberar sobre o orçamento da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2020; **(iv)** Deliberar sobre a reeleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(v)** Deliberar sobre a remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2020. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para adaptá-lo às exigências da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no âmbito do pedido de registro de companhia aberta e de listagem de ações da Companhia. **3. Informações Gerais:** Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 20.646.442/0001-17

Relatório da Administração

Fundada em 15 de maio do ano de 2014, a Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua do Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar - Vila Olímpia - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tornar-se líder e impor na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes soluções com custos atrativos frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com absorção de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a quarda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não realizou novas emissões de debêntures, apenas os títulos aumentaram o capital para suportar os custos de estrutura e honrar as responsabilidades da Companhia. Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2018, a Mazars Auditores Independentes S.S., ou qualquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não os de auditoria externa das demonstrações financeiras adicionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Aplicações financeiras	5	-	23
Tributos a recuperar	6	5	5
		5	28
Total do ativo		5	28

PASSIVO	Nota	2019	2018
Contas a pagar	7	-	2
Partes relacionadas	15	-	26
		-	28
Patrimônio líquido			
Capital social	8	468	386
Prejuízos acumulados		(463)	(376)
		5	5
Total do passivo e patrimônio líquido		5	28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados - Exercícios Findos em Dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de prestação de serviços	9	-	-
Despesas operacionais		(85)	(127)
Despesas gerais e administrativas	10	(85)	(127)
Outras receitas operacionais		-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(85)	(127)
Resultado financeiro		-	(1)
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		(1)	(1)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(85)	(128)
Quantidade de ações no fim do exercício	8	468	386
Prejuízo básico e diluído por ação do capital social no fim do exercício - R$	8	(0,18162)	(0,33161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em Dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(85)	(128)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(85)	(128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

10. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontra-se demonstrada a seguir:

	2019	2018
Despesas com anúncios e publicações	(38)	(60)
Despesas serviços de terceiros	(16)	(6)
Despesas gerais	(14)	(15)
Despesas com auditoria	(9)	(8)
Despesas com ocupação	(4)	(11)
Despesas tributárias	(3)	(4)
Despesas com utilidades e serviços	-	(23)
	(85)	(127)

11. Partes relacionadas: (a) Participação acionária: A Companhia é controlada pela Nova Atlantis Participações Ltda. que, em 31 de dezembro de 2019, esta possui participação de 99,99% do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas:** Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão apresentados a seguir:

	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Rateio de custos (a)	-	(4)	-	(11)
Contas a pagar (b)	-	-	(18)	-
Contas a receber (c)	-	-	-	-
Total	-	(4)	(18)	(11)

(a) refere-se ao rateio de custos relativos à estruturação e emissão de debêntures incorridos pela sua controladora Gaia Sec Assessoria Financeira Ltda. (b) refere-se a despesas pagas pela controladora Nova Atlantis Participações Ltda. que serão reembolsadas pela Companhia. (c) refere-se ao montante a receita de estruturação e emissão de debêntures que serão recebidas da parte relacionada Gaia Sec Assessoria Financeira Ltda. recebida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

12. Remuneração de pessoal-chave da administração: O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação aos últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a remuneração mensal dos seus diretores no valor do um salário mínimo, acrescido do custo do INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário. O Pessoal-Chave da Administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 22 de março de 2019.

13. Benefícios aos empregados: A Companhia não possui benefícios pós-emprego, de rescisão do contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para os administradores e membros do Conselho de Administração.

14. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações financeiras. As aplicações financeiras da Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) administrados pelo Banco Bradesco S.A. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2019, e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da Diretoria Estatutária. Para se utilizar de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, a Companhia não possui uma política de gerenciamento de risco específica, mas os controles internos são suficientes para que a Administração considere a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, dos credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, e sobre o caixa. O objetivo da Companhia é atingir um retorno sobre capital de 10% a.a., contudo, por estar no início de suas operações e ter iniciado apenas uma operação, o retorno sobre o capital foi negativo. **Índice de endividamento líquido:** O índice de endividamento, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 está representado pela tabela a seguir:

2019	2018
0%	71%

Índice de endividamento (a)

(a) Passivo circulante + passivo não circulante sobre o total de ativos da companhia. **Risco de crédito:** Os principais ativos financeiros da Companhia incorrem em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência do devedor. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a salvaguarda da disponibilidade de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R$ 0 (R$ 23 em 31 de dezembro de 2018) aplicados em certificado de depósitos bancários. **Garantias de Crédito:** As garantias de crédito oferecidas pela Companhia no caso de insolvência são: **(a) Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Companhia comprometeu-se a ceder fiduciariamente, com periodicidade diária, aos debenturistas que são representados pelo agente fiduciário constituído na data da emissão. **(b) Garantia Fidejussória:** A Companhia oferece garantia fidejussória para as debêntures que emite que garante o pagamento integral das obrigações garantidas. A garantia fidejussória em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário. **Risco de mercado acionário:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nos preços de ações que a mesma possa vir a manter em seus clientes, que os levem a não honrar o compromisso assumido com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência do devedor. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a salvaguarda da disponibilidade de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R$ 0 (R$ 23 em 31 de dezembro de 2018) aplicados em certificado de depósitos bancários. **Garantias de Crédito:** As garantias de crédito oferecidas pela Companhia no caso de insolvência são: **(a) Garantia Real:** Em garantia do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Companhia comprometeu-se a ceder fiduciariamente, com periodicidade diária, aos debenturistas que são representados pelo agente fiduciário constituído na data da emissão. **(b) Garantia Fidejussória:** A Companhia oferece garantia fidejussória para as debêntures que emite que garante o pagamento integral das obrigações garantidas. A garantia fidejussória em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário. **Risco de mercado acionário:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nos preços de ações que a mesma possa vir a manter em seus clientes, que os levem a não honrar o compromisso assumido com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência do devedor.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em Dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(85)	(128)
Variações nos ativos e passivos:		
Partes relacionadas	(18)	(56)
Contas a pagar	(2)	(3)
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(105)	(187)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	82	205
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	82	205
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(23)	18
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	23	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	-	23
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(23)	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em Dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social realizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	8	181	(250)	(69)
Aumento de capital		205	-	205
Prejuízo do exercício		-	(128)	(128)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8	386	(378)	8
Aumento de capital		82	-	82
Prejuízo do exercício		-	(85)	(85)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		468	(463)	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios Findos em Dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(78)	(123)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(78)	(123)
Valor adicionado bruto	(78)	(123)
Valor líquido adicionado produzido pela companhia	(78)	(123)
Valor adicionado recebido em transferência	-	-
Receitas financeiras	-	-
Valor adicionado total a distribuir	(77)	(123)
Distribuição do valor adicionado	(77)	(123)
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	3	4
Federais	3	4
Remuneração de capital de terceiros	5	1
Aluguéis	4	-
Aluguéis	4	-
Remuneração de capitais próprios	(85)	(128)
Prejuízo acumulado	(85)	(128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

pilência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a salvaguarda da disponibilidade de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía aplicações financeiras listadas em bolsa de valores. **Risco de liquidez:** O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimentos Aberto - DI este indexado as variações do CDI, portanto variações após fechamento do mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Passivos financeiros	Vencimento	2019	2018
Contas a pagar	2019	-	2
		-	2

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez. Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Companhia em fazer caixa em prazos que não ultrapassam os 3 a 6 meses, porque os riscos envolvidos não sejam relevantes, os sócios se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez. **Risco de taxa de juros:** O caixa da Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimentos Aberto - DI sujeitos a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia. Para os ativos financeiros, a Companhia estuda as modalidades de investimentos oferecidas por grandes bancos e qual o tipo de remuneração, como e em quais instituições financeiras aplicar os seus investimentos, a diretoria decidiu aplicar em certificados de depósitos bancários CDB's e fundos de investimentos que remuneram um percentual da taxa de depósitos interbancários - CDI 93% conforme descrito na nota explicativa nº 5.

15. Análise de sensibilidade: A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não no balanço patrimonial, ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor justo. A Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras a taxa de juros média das respectivas operações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2019, foram distribuídos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 27 de dezembro de 2019, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 6,50% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, respectivamente, a taxa de juros média para o período de 12 meses foram com o SELIC a 4,88% a.a. 2,25% a.a. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras a variação das taxas de juros médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2019.

Operação	Posição 2019	Valor de risco	Cenário I provável	Cenário II 25% menos	Cenário III 50% menos
Aplicação financeira	-	CDI	4,50%	3,38%	2,25%
Receita projetada			-	-	-

16. Conforme de seguores: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Aline Aparecida de Lima Santos - Contadora - CRC 1SP201316/O-3

DIRETORIA

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 267.616.938-61, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frasciano, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.756.889-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 274.390.808-40, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA CRED SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., qualificados em conjunto como a Companhia, declaram, para todos os fins e efeitos, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as referidas demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "*Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva. **Ênfase: Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato de que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu no prejuízo de R$ 84.809 (R$ 128.000 em 31 de dezembro de 2018). Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade normal das operações da Companhia. Entretanto, a Administração da Companhia emitiu este parecer sobre o exercício de 2019, 151.000 (cento e cinquenta e um mil reais) em 31 de dezembro de 2019. Dos valores emitidos, foram integralizados R$ 82.000 (oitenta e dois mil reais) pelos acionistas da Companhia para manutenção da atividade operacional. Esse plano estratégico corrobora a continuidade dos negócios da Companhia em curto prazo, apoiando o plano de continuidade dos negócios, conforme descrito pela Administração na Nota 1. Nosso parecer não está ressalvado em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:* Chamamos a atenção para o fato que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu no prejuízo de R$ 84.809. Cabe ressaltar que a Companhia, desde 31 de dezembro de 2019, vem sofrendo perdas e, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não emitiu novas debêntures. Essas condições indicam a existência de incertezas relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade normal das operações da Companhia. Entretanto, a Administração da Companhia emitiu este parecer sobre o novo aquisição de carteira de direitos de créditos e aumento de capital para o exercício de 2020. Esse plano estratégico corrobora a continuidade dos negócios da Companhia em curto prazo, apoiando o plano de continuidade dos negócios, conforme descrito pela Administração na Nota 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A Demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, como refletem, se apropriado, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações são adequadas quando adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentem estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade operacional, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamento procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade de a Companhia continuar operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem fazer com que a Companhia descontinue seus objetivos de operacionalidade operacional • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com os objetivos de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações das entidades ou atividades de negócios da companhia para expressar opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante a auditoria. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos nas auditorias das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

MAZARS

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

VALLI 20 - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 18.836.948/0001-47 - NIRE 35.300.505.57-3

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 2020

Data, Horário e Local: Aos 23/01/2019, às 19h, na sua sede social em SP, SP, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 454 - 7º andar, conjs. 71 e 72, sala 20, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051. **Mesa:** Presidente, Sr. Rafael Mario Sarif Abrahão Demetrio; e Secretário, Sr. Rodrigo Sanches Marcos. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presenças de Acionistas, na forma do artigo 124, §4º, da Lei Federal nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** Aprovação do Memorando de Entendimentos com a BN Engenharia S.A.; **(2)** Aprovação do ingresso da BN Engenharia S.A. na sociedade e a futura criação e detalhamento de uma "Side Letter"; **(3)** Aprovação da proposta de emissão de novas ações preferenciais; **(4)** Homologação do aumento de capital social da Companhia e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(5)** Autorização à Diretoria, em especial, para formalizar a emissão das novas ações e os registros necessários; **(6)** A autorização do endereço e, consequente, a alteração do artigo 3º do Estatuto Social; **(7)** A Consolidação e Ratificação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Os acionistas se reuniram, discutiram e analisaram, e, por unanimidade de votos, decidiram aprovar, sem qualquer ressalva ou restrição: **(1)** Os acionistas aprovaram o Memorando de Entendimentos celebrado pela Companhia com a BN Engenharia S.A., CNPJ 08.808.196/0001-57, com sede em SP,SP, na Av. Dr. Cardoso de Melo, 1.340, 2º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004; **(2)** Os acionistas aprovaram o ingresso da BN Engenharia S.A. na sociedade e, após isso, conjuntamente, a criação de uma "Side Letter" a ser detalhada e redigida futuramente, onde serão delimitadas por ambas as partes as opções de saída ou retirada da BN Engenharia; **(3)** Foi aprovada a emissão de 2.000.000 de novas ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, com preço total de emissão de R$ 2.000.000,00, subscrito e a ser integralizado pelo acionista BN Engenharia S.A., conforme Memorando de Entendimentos, e Boletim de Subscrição anexo à presente Ata (Anexo I); **(4)** Foi aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia, com a emissão de novas ações subscritas na forma do item "3" acima e do Boletim de Subscrição anexo, passando de R$ 33.084,640,00, dividido em 33.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 35.084.640,00, dividido em 35.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, bem como aprovaram a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "*Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$ 35.084.640,00 (trinta e cinco milhões, oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), sendo R$ 33.084.640,00 (trinta e três milhões, oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais) subscrito e integralizado, e 2.000.000 (dois milhões de reais) subscrito e a ser integralizado, dividido em 35.100.000 (trinta e cinco milhões e cem mil) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que cada ação confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.*" **(5)** A Diretoria foi autorizada a tomar todas as medidas necessárias à consecução das deliberações ora tomadas nesta assembleia, em especial para formalizar a emissão das novas ações. **Encerramento:** Nada mais. **Assinaturas:** Mesa: **Rodrigo Lacombe Abbud** - Presidente e **Kenneth Aron Wainer** - Secretário. Acionistas: **Breef Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia**, p. **VBI Real Estate Gestão de Carteiras Ltda.**, p. Rodrigo Lacombe Abbud e Kenneth Aron Wainer; **BV Voter Empreendimentos e Participações Ltda.**, p. Emiliano Rodrigues da Silva e **S.G.J. Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, p. Juliana Refkalo Resnik Rodrigues da Silva. **JUCESP** nº 74.199/20-4 de 06/02/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VBI Votor Araçatuba Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 12.157.413/0001-63 - NIRE 35.300.446.976

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, hora e local: No dia 01/02/2020, às 10h00, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Restaram aprovadas pela unanimidade dos presentes: **(i)** a alteração do valor nominal das ações da Companhia em R$ 400.000,00 mediante a redução de 400.000 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para subscrição privada, pelo preço de emissão total de R$

Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 19.133.012/0001-12

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.784	3.027
Aplicações financeiras	6	83.431	31.582
Carteira de crédito	6.3	24.114	38.667
Bloqueios judiciais		231	228
Impostos a recuperar	7	1.335	1.335
Partes relacionadas		2	-
		112.897	**74.819**
Não circulante			
Realizável ao longo prazo			
Carteira de crédito	6.3	3.212	22.810
		116.109	**97.629**
Total do ativo		**116.109**	**97.629**

PASSIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Contas a pagar		-	7
Obrigações fiscais		680	630
Partes relacionadas	14	5	6
Provisão para contingências	13	6.547	6.827
Debêntures	8	71.448	49.774
		78.680	**57.244**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo			
Debêntures	8	37.419	40.375
Patrimônio líquido			
Capital social	9	10	10
Prejuízos acumulados		(23.237)	(55.247)
Resultados abrangentes		23.237	55.247
		10	**10**
Total do passivo e patrimônio líquido		**116.109**	**97.629**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Securitizadora", "Renova" ou "Companhia") é uma Companhia aberta com sede na Avenida Paulista, 1499, 19º. Andar - Bela Vista - São Paulo - SP. Foi constituída em 25 de setembro de 2013 e obteve seu registro na JUCESP em 24 de outubro de 2013. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimos, caixas econômicas e Companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e; (iv) a realização de operações de hedge em mercado derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 2014, a Renova efetuou sua primeira emissão de Debêntures com quatro séries e em 2016 houve a segunda emissão de debêntures com uma série e a terceira emissão de debêntures com 3 séries, conforme descrito na Nota Explicativa 18. As operações da Renova são conduzidas no contexto de um conjunto de Companhias ligadas, que possui como controladora a Nova Atlantis Participações Ltda. Os benefícios dos serviços prestados entre essas companhias e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Os contratos de prestação de serviços abrangem a estruturação, emissão e gestão das Debêntures e títulos são firmados e representados pela Gaia Assessoria Financeira Ltda., parte relacionada da Companhia, que efetua o controle de suas emissões. Em 22 de outubro de 2015, a Renova obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM o registro de código CVM 2374-4 de Companhia Aberta classificada na categoria B. Desta forma, a parte desta data a Renova está apta a efetuar captações via debêntures nos termos da Instrução Normativa CVM 400/2003 (emissões públicas). As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das sociedades por Ações e das Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para uso interno e emissão no dia 26 de fevereiro de 2020.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: (a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **(b) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir desses estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 7 - Debêntures; • Nota explicativa nº 12 – Provisão para contingências.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. (a) **Base de mensuração:** As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado (VJPR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, depósitos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente e um exercício não superior a um ano. **(e) Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para qual os ativos foram adquiridos e do modelo de negócios da Companhia, os quais são classificados nas seguintes categorias: (i) **Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em horários contratuais dentro origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e eventualmente por reconhecimento no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação attribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mediados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e suas baixas ocorrem quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação de valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos futuros de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição no valor é reversível e é registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso exista tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, e efetivo do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como circulantes. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são somente quando tal garantia for praticamente certa, são classificados jucidicais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **(i) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Securitizadora e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação de serviço. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando adequado, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita de prestação de serviços de securitização da carteira de recebíveis é reconhecida por competência e com base na execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4. Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas: As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. IFRS 16 - "Operações de arrendamento mercantil". A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e o ativo de direito de uso para os contratos de arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou que não há as alterações introduzidas pela norma e concluiu não haver impactos significativos. IFRIC 23 – "Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro": A norma procura esclarecer a contabilização de posições fiscais incertas. A norma não fazem ajustes para ativos fiscais. A alteração introduzida pela alteração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu não haver impactos significativos.

Estratégia de Mercado: A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos e consequentemente a diversificação de fontes de recursos. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também uma alternativa de capitalização para as companhias.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Receitas		
Prestação de serviços	10	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(85.538)	(105.081)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(85.518)	(105.081)
Valor adicionado bruto	(85.518)	(105.081)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(85.518)	(105.081)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	130.105	120.426
Valor adicionado total a distribuir	44.587	15.345
Distribuição do valor adicionado	44.587	15.345
Pessoal		
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	12.857	4.589
Federais	12.857	4.589
Remuneração de capital de terceiros	8.493	22.012
Juros	8.493	22.012
Remuneração de capitais próprios	23.237	(11.256)
Lucros/prejuízos acumulados	23.237	(11.256)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	23.237	(11.256)
Ajuste para reconciliar o lucro/prejuízo ao caixa líquido		
Provisão para contingências	(280)	4.457
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(51.869)	(25.734)
Carteira de crédito	34.151	71.698
Bloqueios judiciais	-	(68)
Partes relacionadas	(3)	5
Contas a pagar	(7)	(25)
Obrigações fiscais	50	(216)
Bloqueios judiciais	(3)	(158)
Total caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.276	39.009
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de debêntures	(4.519)	(40.364)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	(4.519)	(40.364)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	757	(1.355)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.027	4.382
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.784	3.027
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	757	(1.355)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	10	-	10
Prejuízo do exercício	-	(11.256)	(11.256)
Redução do valor nominal das debêntures	-	11.256	11.256
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10	-	10
Lucro do exercício	-	23.237	23.237
Redução do valor nominal das debêntures	-	(23.237)	(23.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10	-	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(85.518)	(105.081)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(85.518)	(105.081)
Valor adicionado bruto	(85.518)	(105.081)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(85.518)	(105.081)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	130.105	120.426
Valor adicionado total a distribuir	44.587	15.345
Distribuição do valor adicionado	44.587	15.345
Pessoal		
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	12.857	4.589
Federais	12.857	4.589
Remuneração de capital de terceiros	8.493	22.012
Juros	8.493	22.012
Remuneração de capitais próprios	23.237	(11.256)
Lucros/prejuízos acumulados	23.237	(11.256)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

A Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., doravante "Renova", deseja tornar-se referência na emissão de Debêntures no Brasil. Com uma estrutura financeira inovadora, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis no mercado financeiro, dentre elas a capitação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas e taxas atrativas.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(85.530)	(105.129)
Outras despesas operacionais		(5.772)	(4.541)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(91.300)**	**(109.670)**
Receitas financeiras	11	130.105	120.426
Despesas financeiras	12	(8.493)	(22.012)
Resultado financeiro líquido		**121.612**	**98.414**
Imposto de renda e contribuição social	13	**(7.875)**	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**22.237**	**(11.256)**
Média ponderada de ações		**10**	**10**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações do capital social mil no fim do exercício - R$		**2.323,78**	**(1.125,60)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**23.237**	**(11.256)**
Redução do valor nominal das debêntures	(23.237)	11.256
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre o evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora, que poderá incluir entre outras medidas: (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos créditos; (ii) alienação de parte da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) aguardo do recuperação dos direitos creditórios, entre outras. **Reserva:** São constituídos para cada série de debêntures e será limitado a um valor mínimo de R$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) ou máximo de R$ 10.000 (dez milhões de reais).

8. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, totalmente subscrito, é de R$ 10 (R$ 10 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 10.000 ações ordinárias nominais, sem valor nominal, sendo todas já são integralizadas. O capital social está apresentado da seguinte forma:

Acionistas	%	2019	Ações 2018
Nova Atlantis Participações Ltda.	99%	9	9
Outros	1%	1	1
Capital subscrito	**100%**	**10**	**10**

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido anual, sendo limitada a 20% do capital social. **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

10. Despesas gerais e administrativas: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontra-se demonstrada a seguir:

	2019	2018
Despesas com serviços pessoa jurídica (*)	(62.449)	(81.406)
Despesas com provisão para contingências	(22.982)	(22.905)
Despesas administrativas e gerais	(658)	(744)
Despesas tributárias	(11)	(48)
Despesas com utilidades e serviços	(20)	(26)
	(85.530)	**(105.129)**

(*) Trata-se de despesas diretas de cobrança das carteiras de crédito.

11. Receitas financeiras

	2019	2018
Receitas de juros das carteiras de crédito	127.254	120.291
Outras receitas financeiras	2.851	135
	130.105	**120.426**

12. Despesas financeiras

	2019	2018
Despesas bancárias	(7.147)	(7.147)
Prêmio de debêntures	(3.103)	(4.540)
Juros debêntures	(85)	(10.325)
	(8.493)	**(22.012)**

(a) Refere-se a provisão para perdas no valor recuperável das carteiras de créditos (nota 5.3).

13. Imposto de renda e contribuição social - corrente

	2019	2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**30.312**	**(11.256)**
Alíquota fiscal combinada - %	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social - teórico	**10.306**	**(3.827)**
Adições		
Diferenças temporárias	22.392	22.905
Outras despesas não dedutíveis	10	-
Exclusões		
Diferenças temporárias	(22.885)	(18.928)
Lucro (prejuízo) fiscal	**29.825**	**(7.117)**
Compensações 30% sobre o lucro fiscal	(8.949)	-
Lucro/Prejuízo fiscal ajustado	20.880	(7.117)
Imposto de renda 15%	3.132	-
Imposto de renda adicional 10%	2.064	-
Contribuição social 9%	1.679	-
Imposto de renda e contribuição social apurados	**7.875**	-
Taxa efetiva	**23,34%**	**0%**

14. Provisões para contingências: Em 31 de dezembro de 2019, a Securitizadora possuía demandas judiciais de natureza cível movidas pelos devedores dos direitos creditórios objeto de cessão conforme quadro apresentado abaixo:

Risco de Perda/Tipo	Quantidade	2019 Valor estimado	Quantidade	2018 Valor estimado
Provável				
Indenização por dano moral	2.185	6.547	1.842	6.827
Total	**2.185**	**6.547**	**1.842**	**6.827**

A provisão para perdas é reconhecida tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais. A mensuração tem como base a média histórica de perdas em processos. A média histórica de perdas é revisada e atualizada semestralmente. No final de dezembro de 2019, a Companhia estava exposta a outras ações, todas em razão do curso normal de suas operações. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais da Companhia no esperado sucesso de alguns julgamentos e negociações que se devem realizar, a avaliação de êxito dos processos judiciais, no montante aproximado de R$ 4.036 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 3.216 em 2018) é de perda possível, e, portanto, dispensa qualquer provisão ou necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos. Na opinião da Administração, não se espera que qualquer desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Companhia.

Saldo inicial

	2019	2018
Constituição	**6.827**	**2.370**
Pagamentos	22.392	22.905
	(22.672)	(18.448)
Saldo final	**6.547**	**6.827**

15. Partes relacionadas: A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação, emissão e gestão das Debêntures que são firmados e representados conjuntamente pela Companhia e a Gaiasec Assessoria Financeira Ltda. (controlada pela Nova Atlantis Participações Ltda.), cujas receitas de prestação de serviços e os respectivos custos são reconhecidos na Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava um saldo a pagar no montante de R$ 5 (R$ 6 em 2018) relativo ao reembolso de pagamento de despesas com cartórios. Não houve outras transações realizadas com partes relacionadas além daquela mencionada acima.

16. Benefícios aos empregados: A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

17. Gerenciamento de riscos: Instrumentos financeiros: As aplicações financeiras da Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através de aplicações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e de aplicação em cotas de fundo de Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Special administrado pelo Banco Bradesco S.A. **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não executou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Fatores de risco:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistema adequados e de profissionais capacitados no mercado, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo, sendo vedadas quaisquer operações de caráter meramente especulativo. Os principais fatores de risco que surge da possibilidade de prejuízo ou resultante do não recebimento de terceiros dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa. Esses investimentos estão sujeitos a riscos de crédito. A Securitizadora adquire seus recursos preponderantemente nos direitos creditórios e depende de atividades dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Debenturistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados a economia e decorrentes da redução das taxas de juros, aumento do desemprego, redução da renda e crescimento econômico, aumento do índice de desemprego etc. Assim, no hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos devedores, prejudicando a Securitizadora ou a impossibilidade de recuperação dos direitos creditórios, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais aos debenturistas. **Cobrança judicial e extrajudicial:** Em se verificando o inadimplemento dos créditos pelos devedores dos direitos creditórios cedidos a Securitizadora, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os valores almejados, nem de que a Securitizadora obterá êxito para a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas aos debenturistas. **Riscos de crédito:** **Possibilidade de recebimentos parciais pelos devedores dos direitos creditórios:** A Securitizadora tem por objetivo adquirir, entre outros, preponderantemente direitos creditórios vencidos e não pagos. Durante a vigência das debêntures, eventuais pagamentos dos direitos creditórios, poderão ocorrer a proporção de que os respectivos fluxos de pagamentos dos direitos creditórios, inclusive acerca de incertezas de duração do processo e Poder Judiciário, órgãos de protação ao consumidor, entre outros. Não há garantia de que a Securitizadora não seja condenada nessas demandas (judiciais e extrajudiciais), o que poderá implicar perdas aos debenturistas. **Risco decorrente da ausência de políticas de concessão de crédito e de cobrança dos devedores dos direitos creditórios:** Caso a Securitizadora adquirir direitos creditórios de diversos segmentos e, consequentemente, da decorrente possibilidade de uma multiplicidade de devedores, os direitos creditórios poderão ter sido adquiridos pela Securitizadora sem que tenham sido precedidos de origem e de políticas de concessão de crédito distintas e, por esta razão, não se estabelecer uma política de cobrança específica e suficientemente eficaz para os devedores, o que poderá impedir ou dificultar o recebimento dos créditos decorrentes das práticas mercantis de cada cedente. Além disso, em razão do processo de originação dos direitos creditórios ser diferente das práticas mercantis de cada Cedente, a Companhia pode vir a adotar políticas e estratégias e procedimentos de cobrança em virtude do perfil de cada operação. Esta cobrança será realizada pelo agente de cobrança em conjunto com os prestadores de serviço de cobrança conforme definido em cada operação de aquisição de direitos creditórios. **Risco de liquidez:** E o risco que a Companhia irá encontrar ao cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O caixa da Companhia é investido em fundos de investimento referenciados DI, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia administra seu caixa com base em projeções de fluxo de caixa, o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez. Não existe no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de direitos creditórios. Assim, caso seja necessário vender os direitos creditórios de carteira securitizadas as debenturistas, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar prejuízos aos Debenturistas e insuficiência de recursos no momento da liquidação das Debêntures. Ocorrendo a liquidação das Debêntures, a Securitizadora pode não dispor de recursos para pagamento aos Debenturistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos direitos creditórios não ser exigível dos devedores ou a Companhia não ter recuperado os direitos creditórios de forma satisfatória. Neste caso, o Debenturista pode ser financeiramente constrangido: (i) ao vencimento e pagamento pelos devedores dos direitos creditórios da Securitizadora, conforme o caso; (ii) à recuperação por meio de cobrança judicial ou extrajudicial, conforme o caso; (iii) à arcar com o risco de devedor inadimplente; (iv) a pagamento em caso de não comprometer a rentabilidade das debêntures; ou (iv) ao pagamento em dação em direitos creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada de Debêntures. Nas tais situações, o debenturista pode sofrer prejuízo em razão da forma de recebimento. **Risco de amortizações medias ou periódicas e sazonalidade do processo de recuperação:** Os direitos creditórios são de natureza pecuniária, vencidos e não pagos e, portanto, sujeitos a data de vencimento. Portanto, o recebimento de recursos pela Companhia para o pagamento de amortizações de debenturista dependerá diretamente da habilidade da Gestora originar operações com perfil adequado de recuperação e da capacidade de o Agente de Cobrança recuperar os direitos creditórios. Além disso, o processo de recuperação dos direitos creditórios normalmente é atrelado pela sazonalidade. Por exemplo, no mês de dezembro os recebimentos dos direitos creditórios são substancialmente maiores que no mês de janeiro. **Risco de taxa de juros:** Caso a Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas flutuantes, poderiam sofrer impactos de mercado caso sofram alterações de taxas de juros. **Risco de não performance dos direitos creditórios:** Para o aperfeiçoamento da relação jurídica consignada em cada operação e para que haja a obrigação de pagamento por parte do respectivo devedor e, para que haja o recebimento dos direitos creditórios pelos Debenturistas, é imprescindível que haja a efetiva performance dos direitos creditórios de titularidade dos Cedentes. Assim sendo, fatores exógenos e alheios ou não ao controle dos Cedentes que possam prejudicar a performance dos direitos creditórios, tais como, de alguns modo, afetem negativamente a performance dos direitos creditórios podem acarretar o risco de que a relação jurídica que origina os direitos creditórios. **Risco decorrente de precificação dos ativos:** Os ativos integrantes da carteira vinculados as Debêntures serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos pelo registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira de direitos creditórios. A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, estabelece que as companhias abertas, devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado que a Companhia Administração, originando por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluindo todas as operações por instrumento financeiro derivativo.

18. Análise de sensibilidade: a. Titulos para negociação: Os instrumentos financeiros (Títulos para negociação) da Companhia estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos incorridos e proporcionais, no quarto trimestre de 2019 se ap

GAIA Agro 2

Gaia Agro Securitizadora S.A. - CNPJ/MF 14.876.090/0001-93

Fundada em janeiro do ano de 2012, a Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Companhia") está situada na mesma sede do Grupo Gaia, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Seus procedentes, originários da Gaia Securitizadora S.A. ("GaiaSec"), a primeira companhia do Grupo Gaia, são muito bem definidos: qualidade superior, custo menor, agilidade, conhecimento técnico, transparência, independência e inovação. Para tornar-se líder na emissão de CRA no Brasil a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado do agronegócio, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas e com abundância de garantias, e taxas atraentes. A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia mais comum de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos fez com que muitos novos investidores dispusessem a incorrer a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de cartteiras de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras como também oferecer alternativas de financiamento ao agronegócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi realizada 1 (uma) operação de certificados de recebíveis do agronegócio que atingiram o volume de R$ 323.366 (trezentos e vinte e três milhões, trezentos e sessenta e seis mil reais). O nosso objetivo nos próximos anos é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as demais companhias. Equipamos nossos clientes, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória surpreende sua eterna sede por novidade. Para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que claro que tudo ano de 2019, a Mazars Auditores Independentes, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Aplicações financeiras	5	541	35
Contas a receber	6	81	60
Impostos a recuperar	7	40	120
		662	**215**
Total do ativo		**662**	**215**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019	2018
Circulante			
Impostos a recolher		34	-
Contas a pagar	8	321	12
Pares relacionadas	15	54	35
		409	**47**
Patrimônio líquido			
Capital social		890	890
Prejuízos acumulados		(637)	(722)
	9	**253**	**168**
Total de passivo e patrimônio líquido		**662**	**215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019 - (Valores expressos em mil reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Companhia") anteriormente denominada Gaia Florestal S.A é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81 e 82, - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. Foi constituída em 02 de janeiro de 2012 e obteve seu registro na JUCESP em 09 de janeiro de 2012. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização; (ii) a emissão e colocação junto a investidores de títulos de dívida e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou de quaisquer outros títulos de crédito ou valor mobiliário que sejam lastreados, ou compatível com suas atividades; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários de valor incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; (iv) a constituição de investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios relacionados ao agronegócio; e (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras: (a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Diretores e Acionistas em 17 de fevereiro de 2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo uniforme a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJ/R), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJ/ORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerados os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativas de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em exercício não superior a um ano. **(e) Ativos financeiros não derivativos:** As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJ/R), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJ/ORA)

i. Custo amortizado: São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **ii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **iii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiro. O rendimento de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando suas realizações ou liquidações provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i)Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e as montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis agrícolas (CRA) são reconhecidas por competência e com base na execução dos serviços realizados pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia deverá apresentar demonstrações de valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4. Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas: As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. IFRS 16 - "Operações de arrendamento mercantil" A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e o ativo de direito de uso para os contratos de arrendamento. Esta norma e efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019. A administração avaliou que as alterações introduzidas pela norma e concluiu não haver impactos significativos. IFRIC 23 – "Incertezas sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro". A norma procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. A administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu não haver impactos significativos. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5. Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	2019	2018
Certificados de Depósitos Bancários-CDB	541	35
	541	**35**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 95% (95% em 2018) da taxa dos depósitos interfenanceiros - DI, com vencimentos para outubro e dezembro de 2022.

5.1. Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo: A mensuração da estimativa do valor justo pode ser classificada de acordo com o nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado observáveis e quando todos esses dados são mensuráveis e aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Títulos para negociação" e dos "Títulos disponíveis para venda" mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2019	2018
Certificados de Depósitos Bancários	Valor justo	541	-	541	35

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	2019	2018
Saldo Inicial	**35**	**514**
Aplicação(resgate)	423	(493)
Receita financeira	73	18
Saldo final	**541**	**35**

6. Contas a receber: É constituído substancialmente por valores a receber em função da atividade de securitização em caráter de pagamentos e/ou adiantamentos às operações vinculadas.

	2019	2018
Valores a receber CRA (*)	81	60
	81	**60**

(*) Valores pagos pela Companhia que serão rateados e reembolsados proporcionalmente de cada operação de securitização.

7. Impostos a recuperar

	2019	2018
IRPJ a compensar (a)	12	93
CSLL a compensar (a)	19	19
Outros	8	8
	40	**120**

(a) Referem-se a Imposto de renda e contribuição social antecipados, que serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

8. Contas a pagar

	2019	2018
Fornecedores nacionais (a)	12	12
Operação Banf III (b)	309	-
	321	**12**

(a) Refere-se substancialmente a prestações de serviço de terceiros, tais como contabilidade externa, auditoria externa, publicações de balanço entre outros. (B) Refere-se substancialmente a valores de despesas futuras a ser pagos pela conta corrente da operação.

9. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, totalmente subscrito e de R$ 890 (R$ 890 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 890.148 ações ordinárias nominativas. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de Ações		2019	2018
	%	2019		
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	890.147	890.147	
Outros (a)	0,01%	1	1	
Capital subscrito	**100%**	**890.148**	**890.148**	

(a) referem-se a participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico.

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social da Companhia. O saldo da reserva de lucros não pode exceder de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não houve distribuição de dividendos aos acionistas. **10. Receita líquida de prestação de serviços:** A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 encontra-se demonstrada a seguir:

	2019	2018
Receita Bruta de prestação de serviço	398	96
Tributos Indiretos (PIS, COFINS e ISS)	(49)	(11)
Receita líquida de Prestação de Serviço	**349**	**85**

Demonstração dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de prestação de serviços		**349**	**85**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	11	(327)	(365)
Outras receitas operacionais		21	29
Lucro (prejuízo) bruto		**(306)**	**(336)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**42**	**(251)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	73	18
Despesas financeiras	12	(10)	(255)
Total		**63**	**(237)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**105**	**(488)**
Imposto de renda e contribuição social	13	(20)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		**85**	**(488)**
Média ponderada das ações no fim do exercício		**890.148**	**890.148**
Lucro/ (prejuízo) básico e diluído por ação do capital social no fim do exercício - R$		**0,09549**	**(0,54822)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	**85**	**(488)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**85**	**(488)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

11. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 encontra-se demonstrada a seguir:

	2019	2018
Despesas serviços de terceiros	(116)	(84)
Despesas com pessoal	(85)	(112)
Despesas com anúncios e publicações	(40)	(47)
Despesas com associações	(33)	(33)
Despesas com ocupação	(30)	(43)
Despesas com taxas	(16)	(19)
Despesas tributárias	(6)	(16)
Perdas com operações	(1)	(1)
	(327)	**(365)**

12. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 encontra-se demonstrada a seguir:

	2019	2018
Juros	73	18
Juros sobre impostos	(4)	(253)
Despesas bancárias	(6)	(2)
	63	**(237)**

13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, encontra-se demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	105	(488)
(+) Adições/ exclusões permanentes	242	242
(-) Compensações	(25)	-
(=) Base de cálculo	**85**	**(246)**
(a) Aplicação de alíquota do IRPJ 15%	(13)	-
(a) Aplicação de alíquota do IRPJ 10%	-	-
(b) Aplicação de alíquota do CSLL 9%	(7)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**20**	-
Alíquota efetiva combinada do imposto de renda e contribuição social	**23,81%**	**0%**

14. Ações judiciais: Em 31 de dezembro de 2019, não havia processos judiciais em que a Companhia e parte envolvida.

15. Partes relacionadas: (a) Participação acionária: A Companhia é controlada direta da Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2019, esta possui participação de 99,99% do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas:** A Companhia informa que não é comprometida em contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são firmados e representados, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em sua controladora. Abaixo os saldos gerados entre as transações de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019:

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Rateio de custos (a)	-	(101)	-	(141)
Contas a receber (b)	-	-	5	-
Contas a pagar	(54)	-	(40)	-
Total líquido	**(54)**	**(101)**	**(35)**	**(141)**

(a) refere-se substancialmente ao rateio do custo do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRAS, uma vez que a Companhia não possui 12 meses de 4,50% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, realizaríamos se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 3,38% a.a 2,25% a.a. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2019.

Operação	Posição em 31 de dezembro 2019	Fator de risco	Cenário I Provável	Cenário II 25% menos	Cenário III 50% menos
Aplicação financeira	541	CDI	4,50%	3,38%	2,25%
Receita gerada			24	18	12

20. Demonstrações financeiras - fiduciário: Em 01 de agosto de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a orientação de nº 35 sobre o registro de fundos de investimento, não são de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), onde foram criadas regras específicas para as Securitizadoras que emitem este tipo de papel. Entre o rol de regras está a elaboração das demonstrações financeiras para as operações que são emitidas com base no artigo 39 da Lei nº 9.514/97 que permite a Emissora a instauração do regime fiduciário. Todas as operações da Companhia possuem regime fiduciário, portanto todas as operações serão auditadas e terão suas respectivas demonstrações financeiras publicadas no site da Emissora, conforme os prazos legais estabelecidos. Desta forma as informações financeiras antes publicadas nesta nota serão publicadas no site da Companhia para consulta dos interessados.

21. Cobertura de seguros (Não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com ativos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Aline Aparecida de Lima Santos - Contadora: CRC nº 1SP301316/0-3

Demonstração do Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**85**	**(488)**
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(506)	479
Contas a receber	(21)	82
Impostos a recuperar	80	(11)
Impostos a recolher	34	(77)
Contas a pagar	309	4
Partes relacionadas	19	11
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(85)**	**488**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutações de Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**890**	**(234)**	**656**
Prejuízo do exercício	-	(488)	(488)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**890**	**(722)**	**168**
Lucro líquido do exercício	-	85	85
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**890**	**(640)**	**253**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Receitas	**406**	**125**
Receita bruta de prestação de serviço	398	96
Outras receitas	20	29
Insumos adquiridos de terceiros	**(234)**	**(237)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(234)	(237)
Valor adicionado bruto	**172**	**(112)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**172**	**(112)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	73	18
Valor adicionado total a distribuir	**245**	**(94)**
Distribuição do valor adicionado	**245**	**(94)**
Pessoal	**86**	**112**
Remuneração direta	86	112
Impostos, taxas e contribuições	**64**	**27**
Federais	45	22
Municipais	19	5
Remuneração de capital de terceiros	**10**	**255**
Juros	10	255
Remuneração de capitais próprios	**85**	**(488)**
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	85	(488)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Considerada pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos prazos dos vínculos das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 7% do saldo dos certificados emitidos em Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem alterar o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

19. Análise de sensibilidade: A Instrução CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2019, se aproximam do valor de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras. A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas carteiras, foram estimados, fator de risco de taxa de juros que a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 27 de dezembro de 2019, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 4,50% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, realizaríamos se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 3,38% a.a 2,25% a.a. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.684.188 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 267.616.936-61, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Franzino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.756.869-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 274.360.809-40, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., so-

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Gaia Agro Securitizadora S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, e seus desempenhos operacional e de seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Controles sobre a existência e valorização dos recebíveis que lastreiam as Debêntures da Companhia* Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Companhia mantém registrados direitos de créditos de atividade de securitização vinculados às suas emissões de debêntures que embasam as suas operações, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro à liquidação financeira das debêntures emitidas aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos as correspondentes debêntures. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento das debêntures em consoância às suas obrigações. Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa dos direitos creditórios, demandamos esforços na auditoria incluindo o trabalho de análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais relevantes exercidos pela Companhia para garantir a existência e adequada valorização desses ativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento junto a Administração dos processos relevantes, a posição jurídica e financeira da Companhia e suas controladas e confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; (ii) recálculo do valor presente dos direitos de créditos, em base de amostras. **Outros assuntos: *Demonstração do valor adicionado:*** A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria que foram executados em conjunto com